



Ata da assembleia municipal de 1 de setembro de 2020

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tondela, no edifício do auditório municipal, com a ordem de trabalhos abaixo descrita.

Iniciados os trabalhos pelo senhor presidente da mesa da assembleia, foram entregues na mesa três credenciais, uma do senhor presidente da junta de freguesia de Dardavaz, uma do senhor presidente da junta de freguesia de Lajeosa do Dão e outra do senhor presidente da união de freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo à luz da qual se fizeram representar, respetivamente, por António Lopes, Firmino dos Santos e José Carlos Ferreira, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

De acordo com a folha de presenças faltou: Arménio Leite Marques, Jorge Henriques, que justificaram a falta, tendo sido consideradas relevadas.

1-Período de antes da Ordem do Dia

1.1Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 26 de junho

Não tendo havido intervenções, foi colocada a ata à votação, tendo sido aprovada por unanimidade pelos presentes na assembleia de 26 de junho de 2020.

1.2. Leitura de expediente

Foram presentes: requerimento do senhor vereador Joaquim Santos que solicitou a audição da gravação da assembleia de junho; síntese jurídica enviada pela Associação de Assembleias Municipais; email do STAL, sobre informação de luta pela regulamentação do suplemento de risco; voto de louvor da assembleia intermunicipal Viseu Dão Lafões, aos órgãos, profissionais e parceiros das escolas e aos autarcas, pela resposta da educação às contingências impostas pela pandemia de Covid-19; apresentação de empresa Aproverelatorio; revistas n.ºs 13 e 14 das Assembleias Municipais e dos Eleitos Locais; livro “Mapa Municipal Português 1820-2020 – A Reforma de Passos Manuel” de



António Cândido de Oliveira e António Pedro Manique; jornal: "Associação"; relatórios de atividades e financeiro de 26 junho até 31 de agosto.

1.3. Exposição oral pelos Membros da Assembleia

Não houve intervenções.

2-Período da Ordem do Dia

2.1- Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro

O senhor presidente da câmara interveio:

"Boa tarde a todos,

Senhor Presidente da mesa da Assembleia, Senhores membros da mesa, senhores autarcas e membros da assembleia municipal, membros eleitos, comunicação social, público presente.

A todos, quero saudar, assim como aos colaboradores do município que estão a dar apoio a esta assembleia.

No decurso da preparação desta assembleia, naturalmente que houve uma incidência, um enfoque muito especial sobre todas as medidas que estão a ser implementadas, no âmbito das recomendações da DGS e das implicações que estão a ter com a generalidade da atividade económica, social, cultural, mas também na gestão diária daquilo que são os nossos procedimentos. Como é sabido, estamos todos a viver um período atípico, mas que se pode considerar mais vulgar, dentro daquilo que tem sido esta gestão de tempo e esta gestão de procedimentos.

Em boa verdade retomamos, com as devidas reservas, um conjunto de serviços, desde logo numa primeira instância, o Mercado Municipal como área piloto, e alargamos essa disponibilidade também ao espaço da feira semanal, com um conjunto de



[Handwritten initials]
[Handwritten signature]

recomendações de forma evolutiva, gradual, criando um processo dinâmico de assimilação daquilo que são naturalmente as novas áreas e as novas formas de gestão. À data de hoje, nenhum de nós o ignora que os sinais todos que estamos a sentir no país são de um surgimento de indicadores de crescimento dos números.. Se isto corresponde a uma nova vaga, se isto corresponde ao ressurgimento de algumas áreas de crescimento, não sabemos, julgo eu que ninguém sabe, a começar na própria DGS que, vai tendo algumas dúvidas. Se há enfraquecimento da propagação do vírus, se a quarentena passa de 14 a 10 dias, se usamos máscara ou se não usamos, julgo que todos nós já ouvimos várias teses, sobre os vários cenários possíveis. Aliás já ouvimos um período em que as máscaras eram desnecessárias, já ouvimos um período em que afinal são necessárias, e, portanto, diria que há aqui um período de aprendizagem comum e mútuo a esse propósito.

Não deixo de retratar que á data de hoje, no nosso distrito, na nossa região, no nosso ACES, há na generalidade dos Concelhos, ou estão a começar de aparecer novos indicadores com alguma preocupação. Esta última semana, por exemplo, em relação à área do ACES, são varias dezenas de novos casos ativos, felizmente que à data de hoje os sinais no nosso concelho, sendo verdade que não há neste momento empresas em lay off, o que quer dizer que em grande parte a dimensão económica do nosso concelho, as multinacionais aqui instaladas, a mobilidade de pessoas e bens são veiculo, diria eu, com grande grau de risco para a propagação, mas tudo, julgo eu, retrata alguma serenidade que é importante manter.

Não deixamos todos de olhar com preocupação, julgo eu o país todo, para as implicações do arranque do ano escolar. É aqui que considero estar um dos pilares fundamentais da perceção de qual é a evolução que vamos ter nos próximos tempos. Temos, aliás feito sentir a enorme preocupação para que a dita normalidade possa ser gerida neste novo tempo e neste novo espaço.

No relatório que tivemos oportunidade de vos enviar, retratámos muito esta nossa preocupação. O cenário que temos diante de nós. Em boa verdade, tivemos 9 casos ativos residentes, temos mais cinco, ou tivemos mais cinco que apesar de terem aqui a sua residência fiscal não tiveram implicações em cadeias de contágio no nosso concelho, para já. Mas eu não me canso de dizer o seguinte, “nesta matéria nunca, ninguém poderá dizer



que está bem”, poderá dizer que esta a fazer um esforço enorme para que as medidas que se estão a implementar possam conduzir a bons resultados. Mas, nunca ninguém poderá dizer que está bem. A melhor segurança que podemos ter, é todos sermos os primeiros agentes de proteção de saúde pública, e de ter uma ação coletiva e pedagógica.

Mas neste período destes dois meses foi um período onde procuramos incrementar /relançar, várias atividades, várias obras, e vários projetos. Nós vamos visitar alguns neste momento, rapidamente através das imagens, mas gostaria de vos trazer só alguns dados, nomeadamente no que tem a ver com as faixas de gestão, e com, também, áreas de intervenção.

Eu tenho já dito por duas ou três vezes, que acho que não temos a noção do valor financeiro que andamos todos a investir, freguesias, município, em gestão seja de bermas, seja de faixas na rede primária ou na rede secundária. E mais do que isso, depois de uma intervenção feita passados dois, três meses, a sensação que alguns querem fazer querer é de que ali nunca houve nenhuma intervenção, porque como é de esperar o ressurgimento da vegetação e o crescimento faz esquecer a imagem daquilo que, entretanto, havia sido intervencionado.

Nos últimos tempos, reportando-me a estes dois meses, as intervenções de limpeza foram; estrada Ferreirós – Lajeosa do Dão (Ferreiros do Dão- Lajeosa do Dão), estrada Mouraz – Ferreirós, estrada Lobão- Póvoa Rodrigo Alves até a rotunda para Ferreiros do Dão, estrada Lobão – Lajeosa do Dão, estrada Muna – Carvalhal da Mulher, estrada Sabugosa – Mosteiro de Fráguas, estrada desde a N2 a Vila Nova da Rainha, a N2 em São Miguel do Outeiro e Parada de Gonta, Lajeosa - Areeiro no sentido da 337, ou seja, a estrada que nos conduz a Carregal do Sal, estrada 230 entre Campo de Besteiros e Caramulo. Estão neste momento operações na estrada municipal 1510 entre Almofala e São João do Monte, estrada N2 entre Canas de Santa Maria e Sabugosa, estrada entre Mosteiro de Fráguas e Santa Ovaia de Cima. Estrada entre Alvarim e Povoia do Lobo irá iniciar-se, tal como na zona dos Outeiros a Alvarim, bem como a estrada 233 entre Caramulo até ao Cabeço da Neve. Adicionados aos trabalhos das empreitadas que estão em curso ou a decorrer todas este ano, como seja no caso, trabalhos entre Mosteiro e São Miguel do Outeiro, entre São Miguel do Outeiro / Fial e Caparrosinha, estrada da 627 até



Vilar de Besteiros, estrada Arnosa, Borrhalhal e Tourigo. Irão iniciar-se os trabalhos no acesso ao Aterro Sanitário, na Zona de Várzea do Homem até Borrhalhal, e também na ER 228 entre Campo de Besteiros e o limite do Concelho de Mortágua.

Eu trouxe só este apontamento, para termos a noção dos Km e Km que estão a ser intervencionados num concelho que tem uma rede viária superior a 700 Km de estrada. Reportei-me aqueles que são trabalhos de administração direta ou contratualizados pelo município. Naturalmente que aqui não coloquei os milhares de Km que as freguesias, ou melhor, os milhares de metros expressos em Km, que as freguesias estão a fazer no âmbito dos contratos de delegação de competências e das suas atribuições.

De seguida, o senhor presidente da câmara municipal apresentou o relatório de atividade e financeiro (anexos 1 e 2), acompanhado pela visualização das atividades desenvolvidas no período que decorre desde a assembleia de junho até à presente data.

Seguidamente, interveio o membro Abílio dos Santos:

“Senhor Presidente da mesa;

Restantes membros da mesa;

Senhor presidente da Câmara;

Caros colegas;

Comunicação social.

Como todos vocês já devem saber, faleceu ontem uma pessoa que fez parte durante algum tempo, dos primeiros tempos da democracia, foi vereador da Câmara Municipal de Tondela, e também exerceu algumas funções na Junta de freguesia de Dardavaz, por este facto eu queria apresentar um voto de pesar.

“Voto de Pesar

Na qualidade de membro independente da Assembleia Municipal de Tondela eleito pelas listas do CDS/ PP nas últimas eleições autárquicas quero propor a esta assembleia o voto de sentido e pesar pelo recente falecimento do Sr. Manuel Loureiro, que exerceu durante algum tempo as funções de vereador da câmara municipal de



Tondela, bem como outras na Junta de freguesia de Dardavaz. Para além das suas atividades políticas, Manuel Loureiro exerceu também funções diretivas em várias instituições do concelho de Tondela, tendo trabalhado como atividade principal na Conservatória do Registo Predial.”

Eu não sei, mas se os restantes partidos se quiserem associar, não vejo qualquer inconveniente nisso.

Depois queria dizer, acerca da apresentação feita pelo senhor presidente, das atividades, eu queria dizer o seguinte: é nosso dever e é nossa obrigação às vezes ter um espírito crítico, portanto, negativo é quando as coisas correm mal, acho, que penso eu, que em democracia tudo é permitido, e para isso eu penso que todos estamos aqui. Penso, e tenho a certeza, que nenhum de nós é *YES MEN*, e mesmo que pense que as coisas estão mal venham para aqui dizer que está tudo bem. Faz hoje precisamente, na última assembleia municipal que tivemos aqui, eu fiz aqui algumas críticas, entendidas como negativas, penso eu, porque tudo que não nos agrada é negativo, em que falei na grande probabilidade de incêndios dada a não limpeza das bermas e das faixas. Pronunciei-me também noutros aspetos que eu julgava que eram negativos, hoje reconheço, e a democracia é assim mesmo, penso eu, da mesma forma que eu critiquei, hoje também com alguma humildade, e sobretudo pretendo, quero valorizar, aquela frase que o senhor presidente utiliza muitas vezes e bem, hoje quero valorizar o trabalho desenvolvido desde essa altura até hoje. Fiz aqui uma crítica acerca das bermas das estradas, que de facto naquela altura, e o senhor presidente reconheceu, que sem estarem caóticas, estavam mais ou menos. Eu devo reconhecer e quero valorizar o esforço que foi feito na limpeza das bermas e faixas.

Ontem pude aperceber-me que nos concelhos à volta, o numero de pessoas que já tiveram o COVID, Viseu 116, Lamego 42, Santa Comba 9, Mortágua 11, Nelas 22, Carregal do Sal 12 e Tondela 16. O senhor presidente falou em 14, mas 16 é residual. Esta diferença de 2, que eu penso que é as pessoas que não eram do Concelho de Tondela. Portanto, sinto-me bastante satisfeito pelo facto do COVID, nós estarmos aqui mais ou menos tranquilos, o que não quer dizer que isto amanhã volte a explodir e estaremos em situações bem piores.



Relativamente aos incêndios, pese o ano também não ter sido, felizmente, e eu quando me refiro em termos de país na sua totalidade, até agora não tem havido grandes incêndios, fico também satisfeito e quero valorizar também o facto de em Tondela, aqui não tem havido grandes problemas em termos de incêndios. Espero efetivamente que isto continue, não é para bem da Câmara é para bem de todos nós. E que Tondela, muito embora há uns anos atras, tenhamos tido um problema já fora da época, eu espero sinceramente que continue como agora, para bem de todos nós. Obrigado.”

O membro Rui Santos continuou os trabalhos, com a intervenção que se transcreve:

“Senhor presidente da mesa;

Restantes membros da mesa;

Senhores Deputados municipais;

Senhor. presidente da Câmara;

Senhoras e Senhores.

Estamos num período que é a apreciação das atividades da Câmara, é evidente que há coisas que estão feitas, e quando são feitas têm de ser feitas, há que reconhecer que são feitas, é o que se deve ser feito. Nós, por exemplo no caso da limpeza das faixas, iremos ter provavelmente um problema maior que é saber se temos pessoas para trabalhar nisso. Não é só aí que vamos ter esse problema, vamos ter muito mais no país se não tomarmos medidas relativas a questões de emigração, porque não vamos ter gente para trabalhar numa série de atividades. É um problema com que nos confrontamos.

O senhor Presidente da Câmara falou, aqui, de passagem na questão das bicicletas. Nós fomos, no ano passado, o maior produtor europeu de bicicletas. Mas, para trabalhar na indústria das bicicletas, se calhar é relativamente fácil ainda encontrar pessoas. Mas trabalhar em trabalhos agrícolas, e precisamos de produzir mais em trabalhos deste tipo, nós iremos ter aí algumas dificuldades, se não houver mudança significativa.

Em relação às atividades da Câmara eu só tinha aqui duas questões e depois mais um pedido de informação



Uma é que com estas obras todas que estão a decorrer e lançadas, olhei para o relatório da execução orçamental, em termos de receitas de capital. Num montante previsto inicialmente de 18 282 914€, havia a 25 de agosto, uma execução de receitas de 1 810 014, 94 há aqui alguma coisa que fica um bocado estranha. Mesmo tendo em conta que uma parte do orçamentado obviamente são receitas resultantes do saldo transitado, esse valor de execução quer dizer que nalgumas obras em execução, nomeadamente obras financiadas, ou a execução não esta avançada ou os autos de medição e faturação não estão feitos. Portanto, pretendia obter alguma informação sobre isso. '

Uma segunda questão que pudemos comprovar e os nossos vereadores aliás já fizeram e pediram uma explicação, porque eu pedi para que o fizessem. Houve umas pessoas de Dardavaz que manifestaram interesse que nós lá fôssemos ver algumas questões da Ribeira. Foi uma deslocação partidária, foi assim que foi tratada que é para não haver dúvidas para alguém que esteja surpreendido. E aquilo que viemos a ver é que havia uma suspensão de obras num lote do parque industrial, que é o lote que envolve o tanque de combate aos incêndios. Ao que nos foi dito, e eu gostaria de saber se isso e verdade ou não, a obra estaria suspensa, foi adjudicada e estaria suspensa, porque falta uma licença, não sei se provavelmente da direção Geral dos Recursos Hídricos, uma vez que apanha uma zona onde há uma linha de água. Portanto, gostaria de saber o que se passa sobre isso.

Outra, era uma outra questão/informação importante e ainda bem que o senhor presidente da câmara referiu aqui o funcionamento das escolas, uma questão muito importante e um problema que nos deve preocupar, que é o que vai acontecer em termos de educação. Não se sabe como é que vai funcionar o ano letivo em termos globais. Pode saber-se como vai abrir, mas não se sabe como vai ser a seguir. E não se sabe se a seguir não temos situações em que é necessário recorrer a medidas, como se recorreu no ano passado, de pôr uma parte de uma escola ou um conjunto de turmas, uma escola inteira se for preciso, em casa e recorrer a meios de ensino á distância.

Ora bem, eu gostava de saber se o senhor presidente da câmara e a nossa câmara tem a informação exata de como esta a cobertura de fibra ótica no nosso concelho, e que previsões é que há para que isso seja estendido a todo o concelho. Isto coloca-se porque



é importante em relação à educação, mas pode colocar-se em relação a saúde. Muita da medicina de proximidade em casos que já estão detetados pode ser tratada pela chamada medicina à distância, caso a evolução da pandemia obrigue de novo a recorrer em grande escala a comunicações eletrónicas. Independentemente de algumas pessoas, e são muitas vezes aquelas mais carenciadas, se calhar não serem capazes de lidar com as novas tecnologias de comunicação/informação é possível encontrar quem as ajude nas suas localidades, mas se nós não tivermos um acesso razoável, não podemos pensar nisso em pessoas que estão distantes. E, portanto, ter bom acesso à internet é uma questão determinante, é um fator de desenvolvimento, de coesão e de equidade. Não podem ser só as zonas do litoral, ou os grandes centros urbanos a ter este acesso. O nosso grande distribuidor do concelho é a ALTICE MEO e a ALTICE MEO está longe de andar com o alargamento da cobertura de fibra ótica depressa no nosso concelho. Está a fazê-lo no de Viseu, por exemplo aqui há um mês foi colocada e feitas as ligações de fibra ótica nas freguesias de Couto de Cima, Couto de Baixo, Boa Aldeia, ali ao lado, mas nós não se sabemos nada, sobre quando e como será feito esse alargamento. E esta falta de cobertura importa para a educação, pode pôr-se aí de uma forma muito aguda. Põe-se em alguns aspetos para a saúde, a telemedicina é importante em determinadas circunstâncias e põe-se para pequenas empresas que não tem grandes equipamentos industriais, mas que trabalham sobretudo com produção de serviços que são feitas sobretudo sobre a disponibilidade de serviços de Internet rápidos e fiáveis. Eu vou dar um exemplo de uma empresa de que agora sou proprietário por razões familiares e do regresso do meu filho que é especialista da área de programação de aplicações informáticas de gestão de grandes empresas que, ao fim de 14 anos, resolveu regressar a Portugal. Para facilitar o regresso mais cedo dele, sou titular de uma empresa de tecnologias de informação e comunicação, desde finais de agosto do ano passado. Por acaso é uma microempresa que só tem um trabalhador, mas trabalha para Portugal e para o estrangeiro, nomeadamente neste momento num projeto para as telecomunicações nacionais do Gana. Agora imaginem o que é trabalhar sobre um servidor do Gana com uma velocidade que muitas vezes está nos 3MB, ou menos, de velocidade. Como e que nós queremos que no interior e nas zonas desertificadas, onde nós precisamos atrair este tipo de empresas desta área e áreas conexas, que não exigem sequer outras grandes infraestruturas, mas que exigem esta



condição tecnológica, esta infraestrutura tecnológica fundamental, essas empresas se fixem e trabalhem. Este atraso no alargamento de cobertura de fibra tem que ser vista, porque é um pesado fator de desigualdade para as nossas zonas do interior, que causa dificuldades e não contribui para aquilo que nos queremos que é minimizar as condições e fatores que levam à desertificação. Portanto, é preciso, a Câmara só por si não o pode fazer, não tem competência para isso pois estamos a falar de empresas privadas, é preciso que todos tenhamos consciência e que se faça pressão. Aliás, essa é uma aposta europeia para o próximo quadro comunitário, e, portanto, é altura de tentarmos ver se esses operadores, que também têm uma responsabilidade social e que, inclusivamente, está prevista nos contratos que lhe permitem determinados serviços, cumprem com essa responsabilidade. Até porque se passam coisas inacreditáveis, eu se quiser utilizar uma Pen Banda Larga, não sei se consigo, em minha casa. Já houve uma altura em que utilizava, que era a única coisa que tinha, mas hoje está muito pior. Se eu conseguir 2MB de velocidade no meu telemóvel não é mau em minha casa, mas no pontão sob a Ribeira das Lanças, entre com a Póvoa da Alagoa a 1Km, e Caparrosinha, a 1Km, há 30MB de velocidade. Portanto, há aqui qualquer coisa que não se percebe, como é que isto é possível e como é que estas coisas acontecem. Esta é uma questão que eu gostava de saber se o senhor presidente da câmara ou a câmara têm alguma informação.

Se de facto não pode ser feito tudo ao mesmo tempo, mas havia antes da aquisição da MEO pela ALTICE um acordo entre a MEO e a VODAFONE celebrado para fazerem o investimento conjunto no alargamento de rede de fibra e partilharem depois o uso da rede suportando depois os custos correspondentes a cada nível de utilização. Que aliás é o que se faz nos países por aí fora. A Suíça tem uma rede do operador mais antigo que é a SWISSCOM que cobre todo o país, e os outros operadores utilizam a rede, como aliás hoje já fazem em outros serviços e depois negociam as correspondências de pagamentos. Mas a Altice denunciou o acordo e agora sem acabar de instalar a fibra até se virou para o negócio da venda de eletricidade. Esta questão de pôr os interesses individuais das empresas que prestam serviços públicos acima de tudo, não pode ser, porque funciona contra os nossos interesses como país e como pessoas. Obrigado”



Clubs

O membro Regina Coimbra interveio, com a intervenção que se transcreve:

“Boa tarde,

Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Sr. Presidente da Câmara, restantes elementos da mesa, Srs. Vereadores, Membros da Assembleia Municipal,

Comunicação Social e a todos os presentes!

Após a explicação detalhada do Senhor Presidente do Município e do relatório de Município, vou enumerar algumas das atividades que merecem maior reflexão pela sua complexidade.

Encontramo-nos a viver um ano atípico devido à persistência da pandemia do COVID – 19!

O verão, que por norma é um período de grande convívio entre familiares e amigos, a vinda dos emigrantes que se encontram um pouco por todo o mundo, rotina esta que teve de ser alterada e as famílias privadas de vivenciar este momento de confraternização.

A respeito da pandemia COVID-19 destaca-se a pronta resposta do município na preparação e adequação das medidas de prevenção, que passaram pelo Plano de Contingência Municipal e uma rápida adequação à ativação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil.

Falo agora de algumas das obras que merecem realce, as obras no Plano de Água e Saneamento no Caramulo que constituem uma empreitada da remodelação da rede de água e esgotos, bem como de nova captação, reservatório, adução e distribuição à Vila do Caramulo.

As obras do centro Tecnológico e de Empreendedorismo de Tondela, cujo objetivo consiste na reabilitação do antigo armazém vitivinícola da Federação dos Vinicultores do Dão, bem como a regeneração do espaço exterior envolvente.



O elevado estado de desenvolvimento das obras de expansão, capacitação e requalificação da zona Industrial de Tondela.

O desenvolvimento das zonais industriais do concelho de Tondela têm permitido uma vasta oferta de emprego e fixação de pessoas o que contribui para um grande desenvolvimento económico!

A 2.ª fase das obras de requalificação da Escola Secundária de Tondela, que contemplam a reabilitação dos blocos destinados à cantina escolar, biblioteca, secretaria e serviços, bem como a reabilitação dos espaços exteriores (rede de águas pluviais e novo relvado sintético).

A obra de ligação da Av. Sá Carneiro ao Estádio/Cemitério e posteriormente à Avenida das Comunidades.

Esta obra terá grande impacto na circulação viária da cidade, nomeadamente na fluência do trânsito proveniente do Estádio, e a nova acessibilidade à futura expansão do Cemitério.

O Sr. Presidente da Câmara enumerou várias obras que irão ser desenvolvidas, que já se encontram em candidaturas ou se encontram realizadas e algumas já adjudicadas.

O Projeto “Que Bicho é que nos mordeu” que resultou de uma parceria entre a CMT; Sociedade Filarmónica de Tondela e a Casa do Povo de Tondela e a ACERT, que teve início em julho e que termina em finais de setembro.

Este projeto proporciona a realização de cerca de setenta espetáculos multidisciplinares e que tem como objetivo principal a circulação de espetáculos pelas freguesias e consequentemente proporciona o convívio e animação dessas comunidades, obedecendo a todo um conjunto de normas de prevenção a que a pandemia nos obriga!

Com todas estas contingências e normas da Direção Geral da Saúde às quais estamos sujeitos, vamo-nos readaptando a cada nova realidade... e vivemos uma realidade muito estranha...”



O membro Vera Machado tomou da palavra:

“Senhor presidente, da mesa da assembleia municipal;

Restante mesa;

Senhor presidente da câmara;

Senhores vereadores;

Senhores deputados;

Comunicação social.

Dizer que o grupo parlamentar do PSD se vai associar ao voto de pesar apresentado aqui pelo Sr. Abílio, pelo falecimento do Sr. Manuel Loureiro. E, porque estávamos a fazer conta que fosse apresentado “Nos outros assuntos de interesse para o concelho”, quero apresentar também um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Padre Manuel Rocha que transformou a vida eclesial numa dádiva à comunidade onde se integrava e, neste caso, foi decisivo para o enriquecimento do nosso concelho.”

Foi dada a palavra ao senhor presidente da câmara que interveio para responder às solicitações efetuadas:

“Sr. Presidente, muito obrigado.

Respondendo a duas questões aqui colocadas pelo Sr. Abílio Rodrigues dos Santos. Não deixo de lhe fazer esse reconhecimento, tendo reconhecido as intervenções que estão a decorrer, e, por vezes aquilo que eu aqui disse é mesmo verdade, a generalidade das pessoas no momento vê, passado algumas semanas acham que aquilo que foi feito não teve relevância e do custo que lhe está associado. Portanto, essa é uma questão em que é importante todos termos memória e termos acima de tudo a capacidade de avaliação crítica do que temos e do que desejamos.

Deputado Rui Santos, sobre as questões colocadas: a execução orçamental da receita, em boa verdade todas as grandes obras, no atual momento, estão em curso. Falta o arranque da Frente Ribeirinha, não porque a obra não esteja fechada, mas porque falta o Visto do Tribunal de Contas, como é sabido acima de 950 000€, não se pode iniciar



nem física, nem financeiramente os trabalhos sem o visto prévio. É sabido também pelos senhores que houve uma alteração na legislação sobre os limites para a obtenção de visto até 750 000€ agora, excecionalmente está dispensado o pedido de visto. Mas acima de 950 000€ não se podem iniciar os trabalhos sem que o visto esteja obtido. Estamos eventualmente no decurso final, desta semana, a próxima semana para enviar para Tribunal de Contas esse processo.

As Termas, finalmente o projeto está na nossa posse, está a ser avaliado pelos serviços para que se possa também lançar em concurso público essa obra. O projeto das termas esta neste momento com uma previsão orçamental de 2,3 milhões de euros, que inclui as captações, inclui a transformação e a reabilitação do edifício, eficiência energética, colocação de um parque de estacionamento, todo ele com painéis solares para se garantir os critérios de eficiência energética, inclui um espaço lúdico exterior com água termal, ou com água quente se quisermos, para fins recreativos e implica que o último piso possa ser concluído, coisa que nunca havia sido, além da beneficiação geral deste equipamento. Esta obra é bom que se diga, tem uma pequena parte de cofinanciamento de fundos comunitários no domínio da eficiência energética, mas estimamos que, muito acima de 1,5 milhões de euros, careçam de meios próprios.

Está neste momento a ser ultimado o projeto de reabilitação da Pensão Matos, para fins habitacionais, integrando na oferta habitacional para a interação com o Centro Tecnológico.

Portanto, dizia eu que, dos projetos que tínhamos refletidos em orçamento, são estes, aqueles que neste momento não têm arranque ou execução física. Obviamente que alguns dos que adjudicamos agora estão a ter, numa fase inicial, muito trabalho, e normalmente, o volume de faturação não é proporcional ao tempo de obra, sabemos todos que não é nas demolições que se fatura muito, será nos acabamentos, será na arquitetura, portanto, está neste momento em curso esta intervenção.

Sobre a questão colocada sobre a ZIM de Tondela. A obra da ZIM de Tondela tem cinco lotes, quando digo lotes, referi-me a cinco blocos de obra. Dois dos lotes foram ganhos por uma empresa, outros dois por uma outra e há uma empresa que ganhou um



lote do reservatório para combate a incêndios. Os trabalhos iniciaram-se e houve a intervenção dos serviços de fiscalização da APA, porque existiam terras que estavam a ser movimentadas próximas da linha de água. Naturalmente que hoje mesmo esta a decorrer o prazo do limite para se fazer uma explanação sobre essa matéria, estão as demonstrações preparadas, o município tomou a iniciativa de suspender os trabalhos até que a APA se pronuncie. A opinião dos técnicos é que a implantação deste reservatório, ocorrendo fora do perímetro de jurisdição da APA, ou seja, numa linha de água que não é permanente, é temporária, afastados dez metros de cada lado, já não estamos no domínio da gestão da APA e essa é a localização que estava prevista. Portanto essa situação esta a ser clarificada com a APA, está a ser feito o devido enquadramento e estou convicto que mais alguns dias e fique esclarecido este tema e retomarão os trabalhos. Portanto, não é o bloco de trabalhos mais expressivo, é o menor bloco de trabalhos, o que esta em causa é, que entendendo a APA que há ali uma matéria que carecia de esclarecimento, o município por sua iniciativa suspendeu os trabalhos até que essa clarificação esteja feita. Acrescento também, já que estamos a falar desta obra, que um dos blocos de trabalho tem a ver com a zona de expansão que esta a decorrer logo no início, no sentido da Sra. da Esperança. Quem corta para a Sra. da Esperança tínhamos iniciado a requalificação até á zona do cemitério da Adiça. Paramos, porque, importava saber se, no projeto de requalificação do IP3 para a sua transformação em perfil de Auto- Estrada, estas obras iriam colidir ou não com o caminho paralelo do IP3 que passa atrás dos lotes, até em baixo encontrar a estrada que sai da ZIM para Vila Nova da Rainha e Mouraz. Portanto, nos tínhamos também por nossa iniciativa, suspenso os trabalhos de reabilitação desse caminho paralelo do IP3 que no projeto está previsto transformar numa via de cintura à própria Zona Industrial. Face às reuniões que temos mantido com as equipas de consultores, equipas de projetistas do IP3, nessa zona a expansão do IP3 ocorrerá no lado contrário, ou seja, do lado da antiga pedreira, onde está atualmente uma central de betão, pelo que não ira colidir com a área da Zona Industrial. O que quer dizer, que também vamos levantar a suspensão dos trabalhos que aí tínhamos colocado e tínhamos suspenso a título provisório para perceber o que e que se iria fazer. Estamos também ao mesmo tempo, ainda a trabalhar num novo concurso que vamos lançar para esta ZIM, porque praticamente já adquirimos os terrenos todos envolventes ao cemitério da Adiça, entre, não fazendo publicidade, os



pavilhões que estão do Moveis Loureiro e a antiga Iberfer, e, nessa circunstância, vamos ai criar pequenos lotes para pequenos pavilhões e também para permitir em articulação com a Junta de Freguesia de Mouraz e Vila Nova da Rainha a expansão do cemitério. Esse trabalho de ampliação do cemitério está a cargo da Junta de Freguesia com o projeto a ser desenvolvido, através de serviços que contratualizaram e nós estamos a tratar da parte industrial. Portanto para ser claro, as obras da Zona Industrial tiveram, portanto, um período de férias que teve repercussão no ritmo dos trabalhos; estou convicto que agora em setembro vamos acelerar bastante estes trabalhos. Convém dizer que grande parte das infraestruturas de água pluviais e saneamento, na parte que é de expansão já estão executados, além das terraplanagens todas. Na zona, junto à Bodum, HUF, Akwel, toda a rede elétrica já esta, neste momento subterrânea, a ser implantada, estão já as novas colunas metálicas instaladas, trabalhar-se-á agora na reavaliação de algumas caixas de redes de águas pluviais, porque tem a ver também com um problema na ribeira em que algumas caixas de águas pluviais possam estar degradadas e, portanto, estamos a admitir poder vir a remodelar todo esse setor. E, portanto, quis explicar para não haver dúvidas: Zona Industrial, é este ponto de situação.

Questões associadas à rede de conectividade, fibras óticas e afins, vou dar a minha opinião. O país não deve nem deveria ser refém de nenhum operador privado. A exemplo do que existe na rede elétrica nacional, em que há um operador e quem comercializa usa uma rede de distribuição e paga um serviço por essa distribuição. Corremos o risco de daqui a algum tempo, no domínio das telecomunicações existir um grupo hegemónico e não existir concorrência e é isto que esta a acontecer. No caso concreto, relembro aqui, o município de Tondela esteve presente, num ato público, onde a Altice se comprometeu a criar o projeto das primeiras 100 freguesias 100% fibra. Dessas 100 freguesias, 10 eram no concelho de Tondela, curiosamente eram as 10 onde, isto foi um projeto após os incêndios de 2017 e toda a corda que vai desde Dardavaz, Ferreiros, Lajeosa, São Miguel, e todo este miolo ia ser percorrido por esta fibra. Aliás, nesta mesma assembleia houve um Sr. Presidente de Junta, não sei se até o Sr. Deputado Rui Santos que questionou, porque é que o resto do concelho ficava de fora? Eu disse-lhe que esta foi a prioridade destas freguesias por terem sido atingidas, mas que havia o compromisso que, depois



destas, alargariamos às demais, admitindo que possa haver zonas onde não haja interesse económico, pela rarefação económica. Não quer dizer que não tenha outras soluções.

Porque é que o Estado Português não lança um concurso para uma rede de fibra 5G no país e os utilizadores paguem por essa utilização? Porque é que a Altice não esta a desenvolver os financiamentos e planos de investimento que se comprometeu?

O Município enviou, há cerca de um mês e meio, uma comunicação à Altice a questionar do porquê deste plano de trabalhos não estar a atingir o plano que se tinham comprometido. Esta é a questão.

Contudo, quero dizer o seguinte: nenhum aluno deixará de ter iguais oportunidades. O município de Tondela não precisou esperar pelo arranque do próximo ano letivo para ter garantido em tempo útil a instalação ou a disponibilidade de computadores, nomeadamente aos alunos do 11º e 12º ano que tal necessitassem, para terem as mesmas condições e, onde não existia rede de telecomunicações disponibilizamos uma Pen ou um Spot para fazer essas ligações e manteremos essa disponibilidade. Nós não esperamos pelo próximo ano letivo, resolvemos lá atrás.

Mas já que estamos nesta matéria, também me vão permitir que eu possa explicar aquilo que me parece também ser crítico. O problema não é só se tivermos que desmembrar uma turma ou em determinado edifício, em que tenhamos de ter uma turma que está com aulas à distância e outras que estão a ter aulas presenciais. O problema também passará muito, nesse dia, pela pergunta seguinte: se os recursos humanos, nomeadamente pessoal auxiliar, assistentes operacionais existentes são suficientes para garantir a coexistência destes espaços. E esta é a questão, não deixo de dizer que defendo, que a exemplo do que aconteceu na saúde, em que foram criados instrumentos específicos para a contratação a termo certo e resolutivo, que permitisse, numa determinada circunstância, ter recursos humanos para atacar uma situação deste tipo. Infelizmente na educação não está a acontecer isso. Eu entendo que deveria existir um instrumento análogo que permitisse com critérios que, em situação crítica, se pudesse lançar mão deste recurso. Eu lembro, por exemplo, no estado de pandemia, as IPSS passaram a ter uma bolsa de recrutamento, aliás a própria ministra anuncia que mais 18 mil pessoas estarão



disponíveis para este reforço. Nós próprios, município, disponibilizámos, no período em que suspenderam as escolas, as várias dezenas de pessoas que são nossas assistentes operacionais para poderem reforçar serviços, ou na saúde, ou na área social. E, era preciso existir uma bolsa de recrutamento, porque esse é o problema mais imediato. No dia em tivermos uma determinada turma com um problema, nós vamos ter de criar circuitos, mais pessoal de apoio, mais medidas preventivas, e infelizmente o problema da gestão de recursos humanos é um problema que eu antevejo. Estamos atentos a ele, estamos a sinaliza-lo, eventualmente vamos desencadear uma operação de recrutamento, mas como todos sabemos, o recrutamento na função pública, se seguir a tramitação usual é moroso. Implicava que existisse uma medida célere, regulada, sobre determinadas condições. Não defendo nada que não tenha a ver com absoluto rigor, mas que permitisse esta resposta, porque me parece ser um ponto crítico. E com isto julgo ter respondido às questões todas, e acima de tudo partilhar mais esta visão que tinha aqui. Muito obrigado.”

Continuando-se os trabalhos, o senhor presidente da assembleia informou, tal como tem sucedido que os votos de pesar passarão para o ponto “Outros Interesse para o Concelho”. Frisou, igualmente, que todos os pontos seguintes seriam aprovados em minuta, tendo sido confirmado pela assembleia.

2.2-Analise, discussão e votação da AIMAR

O senhor presidente da câmara interveio:

“Senhor presidente;

Senhores Deputados;

Todos receberam documentação, diria eu, fortemente esclarecedora, sobre o suporte deste tema. Receberam: o modelo de estatutos, o estudo económico financeiro, o parecer da ERSAR, uma análise fundamentada ao parecer da ERSAR, um modelo constitutivo de associação, deliberação do órgão executivo. Este conjunto de documentos é suficientemente sólido para a discussão que temos diante de nós. Porque e que trazemos este tema a esta reunião e à Assembleia Municipal em concreto? O tema da agregação de municípios para o tratamento de águas residuais é algo que, de uma forma mais presente,



ou numa equação mais distante, praticamente há um ano e meio, quase dois anos, é do conhecimento desta Assembleia. Resulta em grande medida de uma imposição, que não é diretiva comunitária, mas é opção nacional do Governo que é simples, municípios com menos de 50 000 habitantes se querem beneficiar de apoio dos fundos comunitários, nomeadamente POSEUR, se não têm esta dimensão têm de se agregar. O município de Tondela, a Câmara Municipal, a sua administração não pediu este enquadramento, ou este entendimento legal. É uma diretiva que coloca aos municípios com menos de 50.000 habitantes uma de duas opções: ou se agregam ou estão afastados de poderem concorrer a fundos comunitários.

O município liderou, por ser o mais populoso, também, um projeto de agregação que é do vosso conhecimento, e que nesta fase junta também os municípios de Santa Comba Dão, de Carregal do Sal e de Tábua. Hoje neste mesmo momento, a esta hora estão a decorrer Assembleias Municipais nesses outros três municípios. Em paralelo, o Município de Tondela, enquanto município líder apresentou há cerca de um ano uma candidatura ao POSEUR, em nome destes municípios e que prevê um conjunto diversificado de investimentos nos quatro municípios, apoiado pelo POSEUR e que já é do vosso conhecimento. Quando da última vez discutimos este tema, da EIMAR, trouxemos aqui estas questões.

No nosso caso em concreto, o nosso plano de investimento próximo inclui três obras, três vetores. Inclui a duplicação e, portanto, há talvez uma má interpretação do senhor membro da assembleia, Rui Santos, quando li algures que, neste momento, estava a drenar tudo para a atual ETAR de Tondela. Não. O projeto prevê é a duplicação do sistema da ETAR de Tondela para que todo o eixo norte, desde Parada de Gonta a Canas de Santa Maria, a Sabugosa que, neste momento, já está para Canas, eventualmente um dia São Miguel e todo o eixo norte conduzido pela Ecopista possa ser tratado numa unidade que passará a ter uma população equivalente de 11 000 pessoas, duplicando as infraestruturas hoje existentes. Vantagens óbvias, é mais fácil operar e tratar um sistema com esta dimensão, do que ter múltiplos sistemas espalhados, dispersos e sem dimensão. É esta a questão nuclear. Pressupõe ainda no nosso caso um outro investimento significativo que é a reabilitação da ETAR Sul, designada por ETAR de Molelos ou de



Botulho / Molelinhos, conforme queiram designar. Esta ETAR já fez 20 anos e tem um problema funcional: grande parte dos seus emissários passam em terrenos agrícolas, em leitões de cheia, e tem, portanto, um problema que acontece aqui como acontece na maior parte das cidades que é, em períodos de chuva, o caudal triplica e, portanto, não há sistema capaz de tratar como deve ser. Talvez, num sistema de maior dimensão, como é o caso por exemplo do sistema de Alcântara, grande parte das linhas de água que são intercetadas, quando chove e triplica o seu caudal, tem um sistema de sensores que à medida que os emissários vão começando a encher, vai havendo descarga para as linhas de água existentes. Porquê? A densidade do tratamento não é possível com este volume de água. Este sistema da ETAR de Molelos vai ter aquilo que se designa tecnicamente um tanque de tempestades, que permite, em situação crítica fazer a devida gestão do caudal. E tem a terceira obra, ou terceiro vetor designado sistema Corveira que irá permitir resolver Múceres e Cortiçada. Lembro que é provavelmente das maiores povoações a de Cortiçada, que ainda não tem um sistema de tratamento e tem rede em volta desta povoação que irá ligar ao sistema de Barreiro, resolvendo, também, o sistema da Corveira.

Estes são os três projetos que neste momento estão em curso, que estão aprovados e que tem financiamento. Tal como nos outros concelhos que, também, têm outros projetos. Foi isto que nos fez trazer este projeto de agregação, em finais de fevereiro, a esta assembleia sobre a forma de uma empresa intermunicipal. Foi assim que aqui veio. A EIMAR era a empresa intermunicipal de águas residuais, aprovada por unanimidade neste órgão, e aprovada por unanimidade no órgão executivo. Consequente a esse processo, os municípios remeteram o processo para visto do Tribunal de Contas, e o processo seguiu a sua tramitação. O Tribunal de Contas fez-nos algumas perguntas, nada significativo e que estamos em fase de poder responder satisfatoriamente. Eis que, neste hiato temporal, ocorreram noutros sistemas algumas dúvidas se a entidade titular deveria ser uma empresa, ou deveria ser uma associação de municípios, é uma dúvida jurídica ninguém tem certezas sobre ela. A ERSAR diz e continua a dizer, e já o disse, que para a ERSAR não vê nenhum problema em que a entidade titular seja uma empresa, mas também pode ser uma associação de municípios. Fazendo um paralelismo, em 1997,



vários municípios aderiram a um sistema de tratamento de resíduos, foi a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, entidade titular, e esta, por sua vez, podia fazer a gestão direta ou poderia criar uma empresa e criou uma empresa que se chama ECOBEIRAO e que é gestora. Chegados aqui, a opinião jurídica, técnica e política, se assim quisermos dizer, destes quatro municípios foi entender que, se era mais sólido, mais seguro a figura da entidade titular ser uma associação de municípios e então com todos os outros pressupostos que se avançasse para a associação de municípios. Quando eu digo mantendo todos os outros pressupostos, são mesmo todos, ou seja, o estudo económico e financeiro que estava antes previsto para a figura de empresa pública são os mesmos princípios que estão vertidos para a associação, o estudo é o mesmo, o tarifário é o mesmo, o modelo é o mesmo, a única diferença que passou a ter é que em vez de ser uma empresa detida por quatro sócios, que eram os quatro municípios, é agora uma associação constituída por quatro municípios. É isto que está em causa. A celeridade é esta, mas quisemos mais que isto, quisemos ainda blindar mais os estatutos. Em que é que os estatutos estão blindados? Entidade titular é uma associação, a entidade titular podia entregar a gestão a uma empresa, os estatutos para já não permitem. Dizem não. Não a entidade titular só pode passar a gestão a uma empresa se os órgãos municipais assim os aprovarem. Nós estamos a dizer que se, no futuro, a entidade titular quiser que seja uma empresa a gerir tem que vir aos órgãos municipais obter autorização. Estamos a dizer mais, o tarifário é o que está previsto no estudo, não nos podemos desviar dele para cima, só podemos desviar uma margem de 20% para baixo. Mas se tivermos que ter um tarifário diferente, tem que vir aos órgãos competentes. É isto que está em causa. Portanto, em boa verdade, eu diria que, o tema que hoje nos trás aqui não tem nem mais uma virgula, nem menos uma virgula do tema que debatemos quando nesta assembleia aprovou por unanimidade a adesão à EIMAR, à empresa intermunicipal. A diferença é que em vez de a entidade titular ser uma empresa, parece-nos ser ainda mais sólido, maior reforço, maior controle tê-lo numa associação de municípios, cujos poderes estão limitados a muitos domínios e tem que vir aos órgãos próprios. Foi isto que a Câmara Municipal aprovou por maioria na última reunião.



Handwritten initials and signature in blue ink.

Antes de prosseguir com o debate, queria só fazer uma explicação de uma pequena introdução e de uma pequena alteração que queremos fazer á proposta que vos remeti. A proposta trás lá o nome AIMAR (Associação Intermunicipal de Águas Residuais). Os nossos consultores jurídicos, e nós próprios, já instruímos, há algum tempo, o pedido de admissibilidade ao Registo Nacional de Pessoas Coletivas, mas que ainda não foi obtido, morosidade de serviços, pensa-se que nos próximos dias será obtido, mas admitamos que o Registo Nacional de Pessoas Coletivas entende que aquele nome, o acrónimo AIMAR, pode ter um outro parecido foneticamente, e que diz, não aceitamos este nome. Fiz um despacho que será sujeito a retificação em reunião de camara, porque, sobre esta questão, esperámos ate ontem, o que se está aqui a fazer está a acontecer nos outros três municípios, como até ontem não chegou o certificado, não era possível materialmente estar a fazer uma reunião de câmara duas horas depois. A lei prevê que o Presidente de Câmara possa fazer um despacho sujeitando a ratificação. O que é que este despacho diz? Que onde se lê AIMAR, poderá ser outra designação que corresponda ao mesmo propósito, O que esta em causa é o acrónimo, por causa do registo de admissibilidade, portanto, para que tudo fique em conformidade, é isto que estamos a dizer, porque, se por acaso, o nome não for aceite pelo nome AIMAR, teríamos então aqui um problema que era ter que voltar a uma assembleia. Ora, juridicamente, isto resolve-se através de um despacho sujeito a ratificação. Também no modelo da escritura, que é um documento que aí está e que foi produzido pela Senhora Notária, numa determinada página no final refere lá “Comunidade Intermunicipal”, que é um lapso, o que tem de constar é: “Associação Intermunicipal”. São estes os dois pequenos pormenores, para que não haja nenhum obstáculo futuro.

Portanto, que o objeto da Associação Intermunicipal destes quatro municípios é o mesmo que era da empresa intermunicipal nos fins, tratamento de águas residuais. Claro que a esta Associação de municípios já lhe demos também no seu fim, nos seus objetivos um lastro um bocadinho maior e explico porquê. Em 2027, inícios de 2028, terminará a concessão da Águas do Planalto. Esta Associação de municípios pode entender querer ser gestora, tem as portas abertas. Como sabemos, o novo quadro comunitário, vai ter muita, vai ter uma missão muito forte nas adaptações climáticas, é uma das áreas que esta



associação também já aqui prevê, poder desenvolver trabalho no domínio da gestão associada às alterações climáticas. Portanto, abrimos um bocadinho o leque sempre sujeitando a que os órgãos competentes no futuro, quem ca estiver em 2027 ou 2028 tome as decisões que entender nessa circunstância. Quis só explicar que aquilo que a Isabel, nossa colaboradora, ira distribuir é um despacho do Presidente da Camara sujeito a retificação na primeira reunião que ocorra onde só diz isto, "AIMAR ou outra designação que venha a ser aprovada pelo RNPC". Obrigado."

O membro Rui Santos interveio com a declaração de voto, que se transcreve:

"Senhor presidente;

Senhores membros da mesa;

Senhores secretários;

Senhores deputados.

Quero começar por dizer que os membros do PS vão votar contra, por causa da redação dos estatutos. Vou ler aquilo que será a nossa declaração de voto, que tem todos os motivos. Nós subscrevemos a associação. Sei que hoje estão a reunir as outras assembleias municipais dos outros municípios. Há algumas questões que me podem ter falhado, não sou jurista, mas há algumas coisas que me parecem que necessitam reflexão. São questões de carácter geral, por um lado, e questões específicas dos estatutos, por outro. Julgo de depois de ler aquilo que será a nossa declaração de voto, pouco ficará a mais por dizer. Em relação à constituição do ato constitutivo, julgo que, não é importante. O problema do nome, ser de uma forma ou de outra não é a questão, a nossa questão obviamente não é essa. A senhora notária, também, a certa altura, em relação aos elementos que constituem a associação, a certa altura, também repete os dados do município de Tondela, noutros municípios. Isso acontece e percebemos. Há uma ou outra questão nos estatutos, a questão a que aqui foi feita referência, das alterações climáticas, há questões de redação de pormenor que convinha ver, na minha opinião, pois posso estar a ler mal. Como não vi bem e de forma expressa, de que forma, caso haja alterações no modelo de gestão, que venham aos órgãos e a que órgãos."



DS
Q
AmB

Seguidamente, efetuou a declaração de voto, que se transcreve:

Declaração de voto- Constituição da AIMAR

Os membros do Grupo do PS da Assembleia Municipal declaram que votaram contra na presente "...votação da AIMAR" por motivos relacionados com as disposições estatutárias, apesar da sua posição geral de princípio ser a de concordância com a criação de uma entidade intermunicipal para gestão de saneamento urbano e preferencialmente até na forma de Associação de Municípios para finalidades específicas, de entre os quais sem queremos ser exaustivos referimos:

1.Os Estatutos que nos são propostos manifestam claramente, como infelizmente vem acontecendo pelo País fora, uma "executivização" ou pseudo-empresarialização das decisões de políticas municipais, que restringe a participação alargada dos eleitos, nomeadamente para as Assembleias Municipais, nas decisões de impacto estratégico dessas políticas.

2.Por exemplo os estatutos que aqui foram apresentados afastam claramente as Assembleias Municipais de qualquer participação efetiva na definição dos tarifários dos serviços a prestar, mesmo que, sem ferir o quadro legal que atribui às CM's a competência indelegável de aprovar as tarifas, mas além disso apresentam disposições que entregam à Assembleia Intermunicipal da Associação decisões como a extinção ou liquidação da entidade e as referentes à admissão ou exclusão de associados. Tal não se compreende uma vez que as Assembleias Municipais é que decidem sobre a constituição da entidade, o que logicamente deveria fazer com que fossem elas a decidir sobre esses casos.

1-A ERSAR pronunciou-se contra as disposições dos Estatutos propostos para a AIMAR que atribuem à Assembleia Intermunicipal da AIMAR a competência para fixar as tarifas dos serviços, ou reduzir as tarifas até 20%, por as considerar contrárias às disposições das Leis 73/2013 e 75/2013 que a consideram competência indelegável da Câmara Municipal e não do Presidente da Câmara.

2-Foi-nos presente um relatório de fundamentação em que invocando o Dec-Lei 194/2009 se pretende que essa atribuição de competências é legal, mesmo neste caso em que a Administração da prestação dos serviços é direta, pelo que esse Dec-Lei não traz qualquer previsão para isso, ao contrário das situações de administração delegada. Mas o



Handwritten signatures in blue ink.

Dec-lei 194/2009, no seu artº 11º, nº 4, alínea a), atribui à ERSAR a competência para **“Emitir recomendações gerais relativas à interpretação e à forma de implementação do presente decreto-lei”**, pelo que sem quereremos assumir a posição de especialistas jurídicos, nos parece que as disposições estatutárias referidas ferirão de ilegalidade os estatutos, o que não podemos sancionar.

3-A atribuição da competência de fixação dos tarifários à Assembleia Intermunicipal aumenta ainda muito o risco de que os munícipes possam vir muito mais facilmente a ser confrontados com significativos de tarifários de serviços, e os munícipes de Tondela já têm, infelizmente, a experiência dos grandes aumentos dos tarifários da água quando o serviço das águas do Planalto foi concessionado e as Assembleias Municipais e Câmaras Municipais deixaram de intervir diretamente na fixação dos mesmos;

4-Os Estatutos não preveem expressamente que a AIMAR só possa delegar a Administração mediante prévia aprovação de proposta nesse sentido aprovada nas Assembleias Municipais dos Municípios associados, condição que consideramos necessária para minimizar a possibilidade de ocorrência de situações como a referida no número anterior.”

O membro Vera Machado continuou os trabalhos com a intervenção, que se transcreve:

“Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restante mesa,

Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Comunicação Social,

Neste ponto da ordem do dia, não podia deixar de felicitar o Senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo por este desfecho que se traduz num efetivo investimentos em equipamentos para águas residuais.

Tal como já foi explicado, a solução agregadora para os quatro municípios encontrou-se sob a forma de uma associação intermunicipal, sobre controlo totalmente público, cuja sede ficará localizada em Tondela, concelho com o maior peso nesta estrutura.



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Trata-se de um modelo equilibrado, cuja votação é proporcional à dimensão dos concelhos associados, bem como garantirá a propriedade de todo património na esfera da autarquia, ficando a AIMAR apenas com a gestão e manutenção do mesmo.

De acordo com o estudo de viabilidade económico financeira, o sistema tarifário será atualizado de acordo com a inflação, algo que já estava patente na EIMAR e cuja aprovação nesta assembleia municipal foi por unanimidade.

Estranhámos por isso o posicionamento recente do executivo socialista que votou contra esta associação intermunicipal, na medida em que o estudo é exatamente o mesmo que tinham votado favoravelmente no âmbito da EIMAR.

Além disso, a trajetória da tarifa está devidamente definida no estudo e, caso haja desvios, aí sim, virá de novo aos órgãos municipais para aprovação de novo modelo.

Por tudo isto, o Grupo do Partido Social Democrata votará favoravelmente esta proposta.”

O senhor presidente da câmara interveio:

“Senhor Presidente, muito obrigado.

Julgo que todos temos a noção do debate que sobre este tema existiu e da incongruência política e técnica que o partido Socialista está a incorrer. E vou explicá-la. Aliás não gosto que a questão fique a meias palavras. É uma incongruência política, na medida em que quem entende que está mais protegido o interesse público numa empresa do que numa associação. E de facto algo deve ser ponderado. Trata-se de uma associação de municípios que tem um conjunto de instrumentos travão, blindados que não permitirão que decisões estruturais em que a entidade titular deixe de ser a entidade gestora, não sejam previamente autorizados pelos órgãos municipais competentes. Não reconhecer isto, é, de facto um ato de falta de coerência na interpretação política que está em cima de nós.

Em que é que a ERSAR se pronunciou sobre o tarifário? Página 5 de 25, diz o seguinte, “finalmente, e de acordo com o quadro legal vigente, recomenda-se igualmente a eliminação expressa do n.º 5 do art.º 3.º dos estatutos.” O que é que nós quisemos colocar



nos estatutos neste nº 5, art.º 3. Nós temos um plano de investimentos que está suportado no EVEF, este plano de investimentos tem um tarifário, o que a ERSAR não quer é que esteja cá isto escrito, que é a aprovação de tarifas inferiores às constantes do estudo referido no nº anterior, bem como modificações do universo de investimentos, mas que não excedam uma margem de 20%, e não podem, não quer que sejam deliberadas pela assembleia municipal sobre proposta da direção e que por isso não vem aos órgãos autárquicos. É isto que está em causa. Vamos ser claros neste tema, porque não vale a pena querer encontrar uma fuga política para uma decisão que é política, vamos discutir as questões.

No estudo económico financeiro, junto ao final deste documento está cá o modelo tarifário. Não façamos confusão com outros municípios, cuja estrutura tarifaria ou é inexistente ou está muito longe desta. Atualmente no concelho de Tondela, qual é o custo, qual é a tarifa do tratamento de águas residuais? Quem está ligado à rede pública e não consome paga 5,00€ por mês, estamos a falar do doméstico. Quem está ligado à rede pública e consome água paga 3,50€ por mês, quer consuma 1m³ de água, quer consuma 8,9, ou 10, e acima do 10 m³ paga por cada metro excedente salvo erro 0,35€. Na estrutura tarifaria que estes valores como são sabidos não respeitam as orientações da ERSAR. A ERSAR defende, como em todos os serviços que exista uma tarifa fixa e uma tarifa variável. Neste modelo de tarifário, o valor proposto para a tarifa fixa, doméstico é de 2.00€. Qual é o modelo proposto para o consumo dos primeiros 5m³ de água, até 5 m³ de água? 0.15€ por cada m³ de água consumida para tratamento de águas residuais. Ou seja, se eu consumir 5m³ de água pago 5 x 0.15€, são 0.75€ mais a tarifa fixa 2.00€, 2.75€ é o que se pagará. Dir-me-ão, mas só vai gastar os 5m³ de água? O consumo médio que está estruturado no nosso território ronda os 8m³ de água agregado familiar. Claro que se a pessoa vive sozinha há de ter um consumo de água, se vivem cinco pessoas em casa há de ter outro consumo de água. Se fizer as contas a 8m³ de água aplicando a tarifa fixa, aplicando nos 5 primeiros m³ os tais 0.15€, e nos 3 m³ seguintes, de 5 para 8, o valor que está previsto, de grosso modo estamos a falar em 3.57€, hoje é 3.50€. 3.57€, é isto que estamos a dizer. Este é o estudo que acompanha o nosso tarifário, tem previsto uma taxa de atualização de acordo com a inflação que se estima de 1.5 %, se a inflação existir. Se



João
Almeida

a inflação não existir não há esse argumento. Ou diga-se, então, mas se os salários aumentarem como é que se vai pagar o incremento dos salários? Só se os municípios injetarem dinheiro dentro da associação, mas que por lei está vedada essa possibilidade. Portanto, vamos ser realistas, é o que está previsto, e somos nós nas assembleias municipais que estamos a aprovar este tarifário. Este é o tarifário que vai vigorar de acordo com as projeções que estão aqui feitas. O que está nos estatutos é, se este sistema de tarifário, ou modelo de investimento se desviar do que está previsto, tem que vir aos órgãos municipais competentes. Não iludam a questão. A única variável que nos aqui colocámos foi esta, é que o tarifário, se entendermos que pode ser ligeiramente inferior, isso não carece de autorização, ser inferior ou o plano de investimentos desviar-se em 20%. Vou explicar porquê: admitamos que de um momento para o outro, há uma ETAR qualquer num sistema qualquer que não era previsto e tem de ser intervencionada, eu estou a ter um desvio no meu plano de investimentos, se esse desvio não for significativo até 20%, eu estou autorizado a poder fazer esse plano de investimento, se for maior que esse e se isso tiver implicações no tarifário eu tenho de trazer aos órgãos municipais competentes.

Se o PS entende ou quer fazer crer de que há um receio no sistema tarifário é uma falácia política e eu não vou permitir. Dirão não têm autoridade para isso, ou melhor têm legitimidade para isso, mas não tem autoridade para isso. Também tenho direito a ter a minha opinião e expressa-la aqui. O que está previsto é bem claro, o sistema tarifário está à nossa frente. Este sistema tarifário não vale a pena iludi-lo, está feito no sentido de não haver agravamento de custo para a situação normal no concelho de Tondela. Claro que aquela pessoa que consome 5 m³ vai ser beneficiada, porque até agora pagava 3.50€ e passará a pagar, nesta circunstância, menos que isso, vai pagar nesse quadro 2.75€. Claro que se consumir 15 m³ vai pagar mais, vou, também já não pagava os 3.50€. este é o modelo que está refletido, tem prevista uma taxa de atualização anual, de acordo com a inflação, sim! Como todos os sistemas tarifários. Ou os senhores não veem a atualização dos tarifários dos transportes públicos, na água, na luz? A atualização de tarifário de acordo com a inflação é uma condicionante de acordo com a inflação. Há desvios que obriga a que os órgãos municipais competentes aprove um novo sistema de plano de



Handwritten signatures in blue ink.

investimento e um novo sistema de tarifário. É isto que está em causa. Naturalmente os senhores tem legitimidade política para terem a posição de voto que queiram, agora não se pode é dizer que este modelo é diferente do modelo da EIMAR, porque o modelo é igual. Então assim tem que explicar porque é que antes votaram a favor e agora votam contra. Esse é o tema. E, portanto, caber-vos-á essa justificação. “

O membro Rui Santos voltou ao debate:

“Senhor Presidente da mesa;

Senhores membros da mesa;

Senhor Presidente da Câmara;

Senhores deputados.

Senhor presidente, é melhor não falarmos em incoerências porque é assim, o senhor tem a sua opinião eu tenho a minha, nós temos a nossa. Até começou com uma questão muito simples, nós se calhar não pusemos a associação, ainda se pôs a hipótese, porque aquilo que a câmara municipal de Tondela fez em conjunto com as outras câmaras foi trazer a esta assembleia uma proposta de criação de empresa, era a única proposta que nos foi presente. Eu não sei exatamente, e não sabia na altura o que é que as outras câmaras pensaram em termos dessa decisão. Essa foi a proposta que nos foi trazida e como continuo a dizer e disse aqui, e continuamos a dizer, nós achamos que há enormes vantagens na associação para resolver este tipo de problemas, e continuamos a dizer. A questão que eu aqui pus é de outra ordem, não é a que o senhor presidente falou, nem do tarifário que esta aí, é que os estatutos dizem que compete à assembleia intermunicipal aprovar o tarifário. Está nos estatutos, compete á assembleia intermunicipal, como uma série de outras decisões. E o que a ERSAR diz é que essa competência não pode ser da assembleia intermunicipal, que é constituída por um representante de cada câmara, presidente ou não, mas que é uma competência indelegável da câmara. E em relação às tarifas elas não têm que vir à assembleia municipal, não tem, a lei não obriga isso, é a câmara que as aprova, são as câmaras. Claro que eu parto do princípio que, numa situação como esta, daqui a algum tempo, se houver que mexer nessa situação, os presidentes de câmara cumpram a lei, levem o problema à câmara, e na câmara acertem um valor de



Lu
Caval

tarifário que tem de ser o mesmo, obviamente, que é para a entidade, todos têm de estar de acordo nos valores, e depois quando chegam à assembleia intermunicipal aprovam. Ora eu acho que o processo devia ser feito ao contrario, e o que a ERSAR, com razão do meu ponto de vista, mas como disse não sou jurista, diz e chama a atenção, nem diz isso é mau ou bom, a única coisa que diz é que face à disposição da Lei 73/2013, que diz taxativamente que a competência para aprovar os tarifários é uma competência indelegável da câmara. Não é delegável no presidente. É indelegável da câmara, é indelegável. Há competências que são delegáveis, mas esta é indelegável, na Lei 73, está lá escrito. E, portanto, a questão é essa, não tem nada mais a ver do que com isto.

Bom, quanto ao resto, são outros tipos de considerações, não vamos estar aqui, se tem a sua opinião eu tenho a minha, mas eu não estou para discutir as incoerências de A,B ou C, são questões com que eu pessoalmente, obviamente não estou de acordo e nós discutimos como é nossa obrigação como grupo e concordamos que não aceitaríamos por estas razões. Claro que quando votamos a empresa, se não tínhamos uma alternativa votámo-la, mas a empresa tem inclusive outras normas do Decreto 194/2009 para regular uma série de decisões e de funções que há lá. Aqui estamos a falar e bem, eu subscrevo o princípio de gestão direta, prefiro que seja assim, é a melhor. Não estou a desconsiderar, estou a dizer que há, segundo aquilo que ERSAR diz e o meu fraco entendimento dessas coisas, há de facto aqui questões que são de dúvida legal satisfatória. Bom, há outras questões de princípio, acho que estes mecanismos deviam ser resolvidos num outro caminho, começando de baixo para cima, mas isso são questões de opção. Eu não tenho nada contra as figuras dos presidentes de câmaras, as camaras não funcionam se não tiverem um presidente que assuma alguma liderança, mas o que eu acho é que neste país é que só se pensa que há executivos, que não há outras coisas. Há mais coisas, o princípio da democracia, nós somos uma democracia representativa, mas que aposta na participação, e isso faz-se de uma determinada forma, porque há um princípio básico da democracia. A democracia e as decisões democráticas não são necessariamente as melhores, mas há uma coisa que se consegue quando se tomam democraticamente decisões: é que as piores decisões sejam afastadas. Não quer dizer que as que acabem por se tomar sejam as melhores. Mas as piores são afastadas. E é nesse sentido que nós



estamos aqui a discutir, mas isso é uma questão de opinião, reconheço aos outros o direito é neutro, mas esta foi a minha e a nossa, quando discutimos o assunto. É só isto, não é por mais nada. Inicialmente votamos a empresa porque foi a empresa que nos pôs e somos a favor da cooperação para resolver estes problemas.

Já agora uma nota, porque o senhor presidente falou nisso: a questão do trazer ou não trazer as descargas para a estação de tratamento de Tondela, foi posta por mim de facto num email que dirigi, como sabe, ao presidente da assembleia municipal pedindo que a câmara nos permitisse fazer uma visita acompanhada por um técnico à estação de Tondela e de Nandufe. Aqui, de forma institucional, não é uma questão política, nós só gostamos de ter informação sobre a situação para podermos pensar sobre ela. É isso que é importante e o que é um facto como sabe independentemente das razões que pode haver, porque falhanços há sempre, o que se constou aí é que havia a certa altura edifícios particulares a descarregarem para a rede de águas pluviais, em vez de rede de saneamento, que a zona do rio Dinha, a seguir a jusante da estação, está completamente morta ou não. Nós só queremos que nos expliquem, que nos mostrem e depois tomamos aqui uma posição. É preciso fazer obras. A situação vem só daí.”

O senhor presidente da mesa deu continuação aos trabalhos, dando conhecimento à assembleia municipal da proposta da câmara municipal, aprovada na reunião ordinária de 25 de agosto de 2020 e do despacho do senhor presidente, datado de 31 de agosto de 2020, bem como de todos os anexos à mesma, relativa ao assunto em epígrafe.

Após análise, a Assembleia Municipal de Tondela, com fundamento na alínea u) do n.º 1 do artigo 25.º e do artigo 108.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por maioria:

a) Autorizar a criação do sistema intermunicipal de águas residuais de Carregal do Sal, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela e a constituição pelo Município, em conjunto com os Municípios de Carregal do Sal, Santa Comba Dão e Tábua, da “*Associação de Municípios para o sistema intermunicipal de águas residuais de Carregal do Sal, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela*” (AIMAR), ou outro que seja entretanto aprovado pelo Registo Nacional de Pessoas Coletivas e que espelhe os fins da associação, que assumirá,



nos termos dos artigos 14.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, a gestão direta do sistema intermunicipal de saneamento de águas residuais dos Municípios associados;

b) Aprovar a minuta do acordo constitutivo da AIMAR e dos respetivos estatutos apresentada pela Câmara Municipal, a qual releva igualmente para o efeito do disposto no n.º 1 do artigo 108.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na condição de o acordo constitutivo da AIMAR (e os respetivos estatutos) efetivamente outorgado pelo Município ter o mesmo conteúdo da minuta ora apreciada, sem prejuízo da possibilidade de alteração da denominação da associação de municípios que figura no acordo consultivo e respetivos estatutos para outra que seja entretanto aprovada pelo RNPC e que espelhe os fins da associação de municípios a constituir.

Votaram contra os membros: Rui Santos, Paulo Albernaz, Marta Marques, Carlos Viegas, Jorge Batista, Martinho Loureiro, Mário Simões e Francisco Coutinho. Votaram a favor os membros: Carlos Cunha, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.3-Análise, discussão e votação da 3ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e vinte

O senhor presidente da câmara interveio:

“Senhor Presidente;

Senhores membros da assembleia.



By
A
Quil

Em boa verdade, esta revisão tem alguns ajustamentos, alguns de natureza temporal. Como é do conhecimento de V. Exas. uma alteração permite-me mobilizar recursos entre rúbricas ou projetos dentro do mesmo ano, mas se a implicação for para anos futuros aí já estamos perante a figura de, neste caso, uma revisão, ou de se tratar da inclusão de novas receitas ou de novos projetos.

Esta revisão introduz quinhentos e dezasseis mil e oitenta e nove euros e oitenta e seis cêntimos na receita e na despesa que tem a ver com as habitações não permanentes. Ou seja, é do vosso conhecimento e veio a esta assembleia, a contração de um empréstimo junto do FAM (Fundo de Apoio Municipal) que é um instrumento que legalmente o Orçamento de Estado prevê, modelo contratual desenvolvido. Estamos neste momento, aliás já está assinado o contrato e está para Tribunal de Contas, que provavelmente irá dizer que está dispensado, mas implica que antes de o enviar esteja refletido no orçamento. Está refletido na receita, está refletido na despesa e está refletido de forma plurianual, porque como sabem este investimento não depende da velocidade de atuação do município. Relembro que o regulamento das habitações não permanentes diz que em primeiro é o investimento do munícipe e depois é que entra o investimento público. Se o munícipe demorar na sua execução, o investimento público só entra no fim. Portanto está aqui refletido a este nível. Estão também refletidos nesta questão dois projetos: um deles é o PAMUS, já há pouco me referi a ele, os Planos de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável, as obras que vão entrar não estão discriminadas, mas vão entrar no PAMUS. São planos de mobilidade na cidade, como já referi na área das escolas, é plano de mobilidade na Av. João Almiro em Campo de Besteiros, num projeto que já há algum tempo tínhamos desenvolvido e pensado com a respetiva junta de freguesia, nomeadamente nas envolventes á escola básica 2,3 de Campo de Besteiros e também o projeto de reabilitação que envolve a criação de um corredor pedonal entre a zona da Naia, a zona da Lomba/ Estação. Estes projetos estão refletidos no PAMUS e têm a ver com candidaturas que estamos a desenvolver. Também está aqui prevista a introdução de novo projeto que tem a ver com mercados locais. É uma candidatura que o município tem em curso junto da ADICES e que dinamizará ou prevê dinamizar cadeias curtas de mercados locais. Está aqui refletido.



ds
Q
Acad

Também temos reforços na despesa e está aqui um protocolo de colaboração a desenvolver com a Câmara de Mortágua para a reabilitação da ponte do Rio Milheiro, que, aliás, já está transitável, falta só a camada de desgaste, ou melhor, falta a camada betuminosa. O dono da obra foi a Câmara de Mortágua e o município de Tondela estabelecerá um protocolo com a Câmara de Mortágua, porque o pagamento será de 50 % de cada uma das partes. Sublinho que este investimento, tal como outros, exemplo da passagem hidráulica aqui no Botulho, e tantos outros, num valor superior a um milhão de euros, estão à espera de apreciação e de aprovação pelo poder central, porque estão reportados nas intempéries da última tempestade, que julgo que foi o Fabien e a Elsa.

Está também refletida alguma despesa da FICTON. Como sabem saiu legislação que determina que, caso tenha existido contacto exploratório para determinado grupo / empresa, a saber, “olhe por acaso os senhores estão disponíveis para setembro de 2020”, este contacto foi feito em janeiro ou fevereiro, basta este contacto ter existido para que se entenda que havia uma intensão de contratação. E com base nisto o que está definido na lei, é que os municípios assumam 50% do pagamento este ano, e 50% no próximo ano quando se materializar. Portanto a ideia de dizer que não há despesa na FICTON com artistas ou com conjuntos ou com o que seja não é bem assim, porque se tinha existido um contacto exploratório, não tem que existir contrato, contacto exploratório, é condição suficiente para que assista o direito da empresa/artista em entender que vai evocar o quadro legal que está presente e, portanto, isso está cá refletido.

Também estamos aqui a admitir os custos de fiscalização. Nós, neste momento, estamos a recorrer a fiscalização externa em algumas obras: Centro Tecnológico, Escola Secundária, Frente Ribeirinha, eventualmente parte da obra no Lajedo. Porque a fiscalização é ilegível como despesa e de facto não era possível manter com o grau de exigência e de rigor tantas frentes de trabalho sem ter recursos de fiscalização quando ao mesmo tempo temos varias obras de pavimentação que estão para se iniciar, e, portanto, essas sim vão ter mais fiscalização interna, e algumas obras de saneamento, também a nova ETAR da ZIM do Lajedo também terá fiscalização externa.



Sessão ordinária 01-09-2020

Portanto, em boa verdade, são estas as linhas mais estruturadas e de maior impacto que têm a ver com esta revisão que têm implicações na receita com um reforço de oitocentos e cinquenta e sete mil euros, e que terá depois igual montante na despesa.”

O membro Marta Coimbra efetuou uma declaração de voto, que se transcreve:

“Declaração de voto- 3ª Revisão orçamental

Os membros do Grupo do PS da Assembleia Municipal declaram que votaram favoravelmente a 3ª Revisão orçamental, apesar da sua abstenção anterior na votação do PPI, GOP's e Orçamento para 2020 na medida em que em substância nela é finalmente assumido o compromisso de fazer avançar a Loja do Cidadão em Tondela, o que já podia e deveria ter acontecido, tendo em conta a melhoria de serviços aos cidadãos que ela poderá proporcionar e também algum impacto económico e social que ela trará nomeadamente pela criação de novas facilidade e alguns postos de trabalho novos. Isto mesmo nos leva à votação favorável, apesar de entendermos que esta revisão, dada altura do ano em que ocorre, deveria explicitar o financiamento definido de outros compromissos do PPI e GOP, como é o caso do novo Canil Municipal, que parecem ficar aguardar para fazer volume nas obras a ter lançamento propagandeado no próximo ano.

No entanto não podemos deixar de discordar profundamente da opção assumida para as suas instalações, em espaço arrendado por valores não muito longe dos 5000€ mensais, renda que o Município suportará, quando existiam instalações municipais, como por exemplo o Mercado Velho, e estatais como o rés do chão do Tribunal onde foi montada pela Câmara Municipal uma durante muito tempo reclamada 2º a de Audiências só depois da Reforma Judicial de 2014 ter retirado a generalidade do movimento de julgamentos do Tribunal de Tondela, onde a Loja do Cidadão poderia funcionar sem custos ou com custos extremamente diminutos.

A opção pelas instalações do Mercado Velho permitiria ainda dar um contributo muito importante à dinamização do Centro Tradicional de Tondela que bem necessitado está de factores de dinamização.”

O senhor presidente da câmara respondeu:



“Senhor Presidente;

Senhora deputada Marta.

Talvez se ler as atas da câmara perceberá que, ou a intervenção foi feito antes de ler a ata, ou quis ignorar a ata. A Loja do Cidadão não está à data de hoje executada, pese embora tenha um contrato de financiamento estabelecido em 2015, assinado pelo então Ministro Poiares Maduro. A Loja do Cidadão esteve quatro anos á espera que a Agência de Modernização Administrativa aprovasse o projeto, o que aconteceu há dois meses. Portanto, se temos de reclamar é perguntar porque é que tanto tempo foi preciso para que os serviços que têm que se pronunciar tivessem essa morosidade, primeiro ponto.

Segundo ponto, assunto tratado de forma objetiva na reunião de câmara. A primeira opção que o município teve, e chegou a desenvolver um estudo prévio para tal fim, era avançar com uma intervenção no mercado municipal, aproveitando parte do mesmo, criando um corpo superior, ficando em túnel a circulação para que aí instalasse a Loja do Cidadão. Este projeto não teve enquadramento nem viabilidade pela AMA, na medida em que o financiamento que está previsto é para reabilitação, refuncionalização de edifícios existentes e não para construção de raiz.

Terceira questão, localização. Neste momento, a Autoridade Tributaria tem um contrato com a entidade proprietária do espaço onde está. O que está em causa é haver uma cessão da posição contratual, entre Autoridade Tributária e o Município, para que o Município passe à condição de arrendatário do espaço nas condições atualmente existentes pela atividade tributaria.

Quarta questão, quem são os serviços que se deslocam para a Loja do Cidadão. Aqueles que tomaram essa decisão. Não foi o município que os selecionou, na esfera da AMA colocaram a questão ao IRN (Instituto de Registos e Notariado), Registo Predial, Registo Civil e comercial. O IRN responde que não estão reunidas as condições para se deslocar do espaço onde atualmente está pela existência de um contrato, que teria implicações financeiras para o mesmo, se dali saísse, então ficam afastados esses serviços. O que é que sobra? Autoridade Tributária e Finanças e Segurança Social. Estes espaços terão sensivelmente uma área de cerca de 700 M2 para ocupar. As instalações ditas



devolutas do espaço do Instituto de Gestão Financeira da Justiça não são suficientes para esta instalação. Visitámo-las várias vezes, algumas vezes até com o senhor Presidente da União de Freguesias, na qualidade de Secretário do Tribunal, onde foi visitar o espaço.

Portanto, para sermos claros, o espaço existente tinha de ser um espaço reabilitado nestas condições. O valor financeiro que lhe está associado é manifestamente insuficiente face ao valor das obras. Para esta solução, ocorrerá a desmaterialização muito do arquivo, e o espaço será um espaço que acolherá Autoridade Tributária, Segurança Social, volto a dizer, os serviços é que têm de tomar a iniciativa de se querer deslocar e assim foi, Espaço do Cidadão e ainda ficaram três espaços de atendimento disponíveis para que outros serviços, se o desejarem, por exemplo, EDP, Águas, seja quem seja, poderem ter balcões de atendimento se o desejarem, pagando, naturalmente uma permissão pela utilização do espaço. Tal como a AT está a pagar uma permissão, tal como o Município irá pagar uma permissão correspondente ao Espaço Cidadão e a Segurança Social de igual forma. Portanto, um modelo mais claro que este não pode existir.

Sobre opções programáticas, não deixo de dizer, o município desenvolveu um estudo prévio para que no espaço do mercado pudesse acolher a Loja do Cidadão. Isso julgo não haver dúvida sobre esta questão. Estamos perante contingências e limitações que o próprio programa da Loja do Cidadão tem.

Dito isto, naturalmente que estamos para preparar reuniões com os serviços, porque a haver obras no atual espaço da AT implica deslocar esses serviços no período em que decorrem as obras. E, portanto, temos que no caderno de encargos há um custo de estaleiro que está previsto que é para os trabalhos preparatórios necessários a esta mobilização. Isto foi explicado com absoluto detalhe em reunião de Câmara. Portanto, mais uma vez estamos na esfera de que, ou não queremos ler as atas ou a informação que é transmitida por quem esteve, pode não ser a adequada. Admito também isso.”

Colocado à votação a 3ª revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e vinte, foi aprovada por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia



Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.4-Análise, discussão e votação da abertura de procedimento de recrutamento, seleção e provimento de cinco diretores de departamento municipal

O senhor presidente da câmara interveio:

“Senhor presidente.

Este tema decorre da alteração orgânica que esta assembleia aprovou, em tempo útil, em dezembro aquando do orçamento para 2020. Consequentemente como é sabido designados os titulares dos cargos, pelo presidente da câmara no período de seis meses deve-se iniciar o procedimento concursal e, julgo que se tivermos o cuidado de olhar para a proposta de composição dos respetivos júris, não deixaremos de concluir que são pessoas de reconhecido mérito na área temática onde estão, com carreira académica ou com carreira de dirigente de relevante interesse, o que assegurará um critério de rigor como se espera para um júri desta natureza. “

Colocado à votação sendo aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos



Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.5- Análise, discussão e votação da descentralização de competências na área de Saúde e Educação

O senhor presidente da câmara tomou da palavra:

“Sobre este tema, julgo que a nota justificativa espelha a opinião que retrata esta discussão. Reconhecida por todos em reunião de câmara, os fundamentos que aqui estão espelhados, ou seja, julgo que ninguém duvida que a grande questão na área da educação se prende com três pilares que até hoje ainda não foram desenvolvidos. Apesar de reconhecido pelos membros da tutela e do governo de que há necessidade de trabalhar esses diplomas, reporto-me em concreto a rácio dos auxiliares de ação educativa por escola. Está reconhecido que é preciso pegar nesse tema. Reporto-me em concreto ao modelo dos custos de transportes escolares / fundo social municipal que ainda está indexado a modelos em que o transporte escolar era obrigatório até ao 9º ano, quando a escolaridade obrigatória já vai no 12º ano, há muitos anos. E, por fim, o modelo de equipamento, nomeadamente, o parque escolar das escolas que tem de ter a formula adequada sobre esse propósito. Estes temas não tiveram evolução. Percebemos todos, julgo, que as prioridades do governo ficaram centradas na pandemia e não permitiram desenvolver a temática que estava aqui prevista, razão pela qual já está deslocado nesta questão para 2022 o prazo, ou seja, já houve uma deslocação temporal do limite do período para assunção destas competências que inicialmente até era previsto para setembro deste ano, e já estão a apontar para 2022.

No caso da saúde, o que está a acontecer hoje, é o espelho de que não estão reunidas as condições, nomeadamente em sede de recursos humanos. Hoje, todos temos essa perceção. Durante algumas semanas, matéria que trouxe a esta assembleia em junho, as extensões de saúde Lajeosa, Caramulo, Molelos estiveram fechadas durante este período,



por falta de recursos humanos, pessoal auxiliar, assistentes operacionais. Melhor prova de que o contingente de recursos não é o adequado julgo que não é preciso tê-la, esta evidencia é bem clara. Não quer dizer que, com isso, não estejamos a trabalhar outras frentes. Nós estamos a trabalhar no domínio da saúde, não tendo sequer a competência, mas através de um protocolo com a ARS estamos a fechar o projeto das especialidades da USF de Tondela, não nos impede de trabalhar esses domínios. Agora, se por transferência de competências se pretende que os municípios passem a ser uma agência de pagamentos e um serviço administrativo para fazer no final do mês o balanço de pagamentos, se é só para isso. não vale a pena. Se é para haver um reforço na gestão, um reforço na proximidade, um reforço com meios financeiros, pois muito bem, cá estaremos para discutir a questão.

Portanto, eu julgo que este tema é inevitável que tenha que haver uma deslocação temporal, porque as razões que há um ano atrás nos levaram a não aceitar ainda estas competências, mantem-se tal e qual nos dias de hoje, não houve evolução substantiva em nenhuma destas áreas. Acrescento uma outra, tão ou mais problemática, a área Social, decorrente da Lei 50. Já saiu o Decreto Lei de enquadramento para área social, mas os diplomas associados estão para sair no prazo de 90 dias depois da Lei, portanto espera-se que no próximo mês, mês e meio saiam os diplomas. Também depois viremos discutir esses temas, são vários os domínios na área social que têm que ser discutidos. Neste momento, julgo que é prematuro estarmos a pronunciar-nos sobre a área social enquanto não conhecermos os diplomas.

No caso da saúde e no caso da educação, eu diria tão simples quanto isto: as razões que nos levaram, ainda há um ano atrás a não poder aceitar, são as mesmas que se mantêm presentes à data de hoje e, acrescento, certamente que se manterão presentes nos próximos meses. “

Colocado à votação a proposta da Câmara de não aceitação das transferências, no domínio da educação e da saúde, foi aprovado por unanimidade pelos membros: Carlos Cunha, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José



Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.6- Análise, discussão e votação do contrato interadministrativo a celebrar entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas

Não houve intervenções.

Colocado à votação, o contrato interadministrativo foi aprovado por unanimidade pelos membros: Carlos Cunha, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro

2.7- Análise, discussão e votação de contratos interadministrativos de delegações de competências com Juntas e Uniões de Freguesias



Handwritten signatures in blue ink.

Não houve intervenções.

Os contratos interadministrativos a celebrar entre o Município de Tondela e: União de Freguesias de S. Miguel do Outeiro e Sabugosa; União de Freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas, com Junta de Freguesia de Campo de Besteiros e com a Junta de Freguesia de Santiago de Besteiros, foram votados individualmente, tendo todos sido aprovados por unanimidade pelos membros: Carlos Cunha, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.8 Outros assuntos de interesse para o concelho

O membro Francisco Coutinho interveio:

“Boa tarde, Sr. Presidente da Assembleia Municipal;

Restantes membros;

Senhor presidente da câmara;

Caros vereadores;

E, caros companheiros presidentes de freguesia e União de freguesia;

Comunicação social;

Povo presente.



[Handwritten signatures]

Eu vim aqui só prestar um esclarecimento, já que o senhor presidente da câmara referiu-se à minha pessoa, enquanto profissional de justiça. E, já agora esclarecer o que se passa realmente com as instalações do palácio da justiça.

O Tribunal de Tondela, até 2014 teve dois Juízos que implicava ter dois juízes, dois procuradores e fazia cá os julgamentos coletivos. Como as instalações eram exíguas houve sempre a necessidade de aumentar o tribunal, e, portanto, as conservatórias em 2004 saíram do edifício para que o tribunal pudesse ser alargado, o que nunca aconteceu.

De 2004 a 2014 as instalações do rés-do-chão estiveram encerradas. Entretanto em 2014 há reforma administrativa da justiça e o Tribunal de Tondela perdeu a grande parte das competências, execuções, insolvências, família e menores, ações ordinárias e julgamentos coletivos que passaram para Viseu. O número de funcionários diminuiu, os processos diminuíram em 25%, ficamos com um juiz e um procurador. Portanto, tornou-se desnecessária a sala de audiências que foi tão desejada durante anos, porque o nosso juiz não tem o dom da ubiquidade, portanto se faz parte do coletivo, mesmo que o coletivo venha a Tondela ele tem de estar numa sala de audiências, a outra está sempre vazia.

Acho, embora a minha opinião nunca fosse tida em conta, que o município nunca devia ter colaborado com o Instituto de Gestão Financeira na construção, acho que participou cinquenta ou sessenta mil euros numa sala de audiências que é de todo inútil. E com a construção dessa sala de audiências inibiu o edifício, no rés-do-chão, de voltar a ter utilidade, para a Loja do Cidadão, por exemplo. E já agora também, não sei como se chama o arquiteto do IRN que visitou as instalações, que me confessou a mim enquanto pessoa responsável pelo edifício, que enquanto no resto do país as conservatórias estavam a voltar aos edifícios primitivos, que é o caso de Santa Comba Dão, em Tondela sofria enormes pressões para que nunca voltassem. Portanto, neste momento temos o edifício todo abandonado no rés-do-chão. As conservatórias pagam uma fortuna a particulares. E o edifício que é um edifício com a dignidade que todos nós conhecemos, bem colocado, está ao abandono. É a informação que eu tinha aqui que esclarecer para perceberem porque é que o edifício está nessas condições. Muito obrigado.”



O membro Abílio dos Santos tomou da palavra:

“Senhor presidente da assembleia;

Restantes membros;

Senhor presidente da câmara;

Caros e estimados colegas.

Eu, quando foi do ponto que se discutiu a Loja do Cidadão não quis intervir. Acima de tudo não quero que entendam as minhas palavras como polémicas, longe disso. Mas, de facto parece contraditório que tendo Tondela tantos espaços, tantos espaços livres para Lojas do Cidadão e outras lojas mais, se queira apostar, toda a vida em despesas absolutamente supérfluas. Seis mil euros por mês, penso que é o que se vai pagar por mês pela Loja do Cidadão corresponde por anos a setenta e dois mil euros. Com estes setenta e dois mil euros dava para se pagar, para se entregar a alguém, para a parte social, para a parte cultural etc. etc. , ou até para nada, para ficar depositado. Agora, sistematicamente temos assistido, já há muito a esta parte, não é só de agora, já vem de há muitos anos a esta parte que havendo lugares que podiam ser usados por algumas instituições, estejamos toda a vida em regimes de aluguer. Eu nem sei, nem me interessa saber quem é o proprietário do espaço onde vai ficar a Loja do Cidadão, porque soube hoje a primeira vez, mas que isto já começa a ser um abuso começa. Era só isto que eu queria dizer.”

O senhor presidente da câmara interveio:

“Senhor Abílio, sobre abusos todos nós sabemos o que se passa. Digam-me lá onde é que há um espaço público em Tondela com 700 m², no fim de me dizer esse espaço, depois conversamos.”

O membro Cristiana Ferreira tomou da palavra:

“Senhor presidente da assembleia municipal, em si permita-me que cumprimente a restante mesa.

Senhor presidente da câmara municipal;

senhores vereadores;



Membros da assembleia municipal e demais presentes na sala.

“ Eu não tinha previsto, aqui, nenhuma intervenção, naturalmente que a intervenção do deputado Francisco sobre a área da justiça em particular fez com que houvesse também da minha parte aqui alguma reflexão, porque, naturalmente, conhecendo também todo o histórico e todo o processo daquela que vem sendo a utilização do espaço, eu julgo que os municípios não podem ficar ao sabor daquelas que são as reformas e as tutelas, e aquelas que vêm sendo as posições dos determinados governos.

À pergunta concreta, se o município, havendo a oportunidade de criar ali um espaço com outra utilização, eu diria, como também foi ali referido pelo deputado Francisco, que se era uma aspiração de longa data, nós também não sabemos o futuro e portanto nesta inconstância que é muitas vezes a coincidência de governação entre o poder central e o poder local, eu julgo que também compete ao município na altura certa tomar as decisões políticas, que no caso foi a comparticipação e a melhoria daquela sala de audiências. Naturalmente reconhecendo que hoje pode ter uma utilização residual, no futuro nós não sabemos, e, portanto, a aposta foi feita nesse sentido. Naturalmente que as dinâmicas nestes campos em particular vão sendo alteradas, e, portanto, há sempre que ir preparando o futuro, e obra feita com esta dignidade julgo que não deve ser colocada em crise misturando assim assuntos de outra natureza.”

Seguidamente, o senhor presidente da mesa colocou à votação, o voto de pesar do senhor Manuel Loureiro, tendo sido aprovado por unanimidade, pelos membros: Carlos Cunha, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.



O senhor presidente da mesa, de seguida, colocou à votação, o voto de pesar do senhor padre Rocha, que aprovado por unanimidade, pelos membros: Carlos Cunha, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Carlos Ferreira, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

3-Período aberto ao Público de acordo com as normas da DGS

Não houve intervenções.

Não havendo mais nada tratar, o presidente da assembleia deu por encerrada a assembleia, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

O Presidente: Carlos Cunha

O 1º Secretário: Cristiana Figueiredo Silva

O 2º Secretário: Ilídio Dias

**Relatório da Atividade da Câmara Municipal de Tondela
(de 26 de Junho a 31 de agosto de 2020)**

anexo 1

João



Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

1. Decorridos dois meses sobre a última Assembleia Municipal, cumpra-me fazer uma análise retrospectiva daquilo que tem sido a atividade do Município, durante os tempos atípicos, que todos estamos a viver, com a permanência da pandemia COVID-19, muito presente no nosso quotidiano.

De facto, é uma constatação global, que o mundo teve de se adaptar a uma nova realidade, transportando grandes implicações e constrangimentos na sociedade e que, nos levam a criar novas formas de estar, de agir e de nos relacionar.

O verão 2020, está a ser um verão muito diferente.

Um verão que ficará na memória de todos, pela sensação atípica de neste período de maior propensão ao convívio social, haver implicações nas diferentes manifestações de festividades um pouco por todas as localidades, naturais da época.

A par desta circunstância, também se constata novas implicações e novas limitações no período de férias de verão que, por natureza, é o tempo de maior convívio e de regresso dos nossos emigrantes, espalhados um pouco por todo o mundo, que aproveitam o período das suas férias mais prolongadas para regressar ao nosso país, para o convívio com os seus familiares e amigos.

A este respeito e, no que concerne a medidas preventivas provenientes das regras impostas pelo governo e pela DGS a propósito da pandemia, saliente-se mais uma vez a pronta resposta do município na rápida preparação e adequação das medidas de prevenção, que passaram pelo Plano de Contingência Municipal e uma rápida adequação à ativação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil.

Foram inúmeras as medidas que ao longo deste período o município foi adotando, no sentido de salvaguarda e proteção dos cidadãos, o que, embora não seja uma referência exata, devidos às inúmeras variáveis em consideração, um facto é certo, Tondela, foi dos concelhos menos fustigados pelo reduzido número de casos positivos à COVID-19.



O trabalho foi muito e assertivo, desde a constante disponibilização de equipamentos de proteção individual para toda a população do concelho, disponibilização de visiras e equipamentos de proteção para o comércio local e, o apoio às instituições de solidariedade social, foram ações que contribuíram para que até ao momento, se tenham contabilizado, a totalidade de apenas 14 casos positivos ao COVID-19, sendo que destes 14, 5 foram de cidadãos que embora com morada fiscal registada no concelho de Tondela, habitam noutras localidades fora do concelho, mas que, por força dessa morada se encontrar registada no concelho de Tondela, fizeram parte dos dados estatísticos como sendo habitantes de Tondela.

Os serviços como, "Cuidar à distância para proteção de Todos", com mais de duas centenas de atendimentos, as linhas de apoio por atendimento telefónico, a área criada para avaliação dos doentes com suspeita de COVID-19, que funcionou na Escola secundária de Tondela e que serviu também de apoio aos doentes dos concelhos vizinhos, a desinfeção constante dos espaços públicos, as várias centenas de testes ao COVID-19 a colaboradores de várias entidades e instituições públicas e privadas, contribuíram para a menorização dos efeitos do impacto da pandemia nos cidadãos do nosso concelho.

Por outro lado, a atenção com a implementação de medidas de apoio, que contribuam para mitigar as implicações no comércio local e serviços de proximidade, também esteve presente, fosse no apoio à renda ou aos custos associados ao fornecimento de água, tratamento de resíduos, ou de águas pluviais.

Apesar de todo este esforço financeiro, estas medidas têm de ser persistentes, antevendo-se o desenho de outras, a anunciar em breve, que continuem a estimular esta área da atividade económica.

2. Neste período onde as atenções foram muito focalizadas no combate à pandemia, também foi necessário dar seguimento a um conjunto de obras e investimentos já programados que, conforme plano de execução, se consideraram no cumprimento dos compromissos assumidos.

Como foi o caso da Rede de Água e Saneamento ao Caramulo. Uma empreitada da remodelação da rede de água e esgotos, bem como de novas captações, reservatório,



adução e distribuição à vila do Caramulo deverá estar concluída no final do primeiro trimestre de 2021.

Este investimento que ultrapassa os 2,3 milhões de euros, que conta com uma comparticipação financeira de quase 1 milhão de euros do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR).

Assim, no que toca a rede de água, a empreitada concretiza a captação, adução, construção de reservatório e distribuição de água, com os respetivos ramais domiciliários.

Já em termos de esgoto, inclui a remodelação da rede existente, bem como a execução de uma nova rede em alguns arruamentos onde era inexistente.

Ainda no domínio das obras, destaca-se o estado de desenvolvimento das obras do Centro Tecnológico e de Empreendedorismo de Tondela, que estão no terreno desde maio deste ano e que contam com um investimento que ultrapassa os 2,5 milhões de euros, a que acrescem 250 mil euros na aquisição do edifício, sendo 1,8 milhões de euros comparticipados pelo FEDER, esta obra visa a reabilitação do antigo armazém vitivinícola da Federação dos Vinicultores do Dão, bem como a regeneração do espaço exterior envolvente.

O Centro Tecnológico e de Empreendedorismo de Tondela será um novo modelo de estímulo à inovação e criatividade, no apoio à internacionalização, à promoção do networking, à criação e fortalecimento de parcerias e ao estímulo e atuação conjunta e concertada, em particular com o tecido universitário e a matriz empresarial local.

Esta obra contempla o edifício principal, onde funcionará o Centro Tecnológico e de Empreendedorismo; o edifício de apoio que albergará uma cafeteria e o antigo alambique; e ainda unidades de apoio e alojamento, nas cubas exteriores, bem como a receção e os necessários arranjos exteriores.

A par destas obras em curso, deve-se destacar também o elevado estado de desenvolvimento das obras de expansão, capacitação e requalificação da Zona Industrial de Tondela, que contribuirá grandemente para o desenvolvimento do tecido industrial do nosso concelho.

Igualmente a destacar o arranque da 2ª fase das obras de requalificação da Escola Secundária de Tondela, que contemplarão a reabilitação dos blocos destinados à cantina escolar, biblioteca, secretaria e serviços, bem como a requalificação dos



espaços exteriores, onde se incluem, a rede de águas pluviais e um novo relvado sintético.

De salientar, ainda, o início para breve da obra de beneficiação da Frente Ribetinha, cujo contrato segue para visto prévio do Tribunal de Contas, que incluirá uma ponte pedonal sobre o rio Dinha, acesso à ecopista do dão, a requalificação e limpeza das margens do rio, com a criação de um canal cicável e a criação de uma represa artificial, possibilitando o aumento do caudal da água nesta zona, possibilitando uma zona de contacto aquático mais aprazível e de encontro com a natureza.

Sallenta-se também o início da obra de ligação da Avenida Sá Carneiro ao Estádio/Cemitério e posteriormente à Avenida das Comunidades, obra esta que terá grande impacto na circulação viária da cidade, nomeadamente, no fluído do trânsito proveniente do estádio, e nova acessibilidade à futura expansão do cemitério.

Um destaque no que concerne à prestação de serviços públicos, prende-se com o Projeto da Loja do Cidadão de Tondela, que será desenvolvida segundo projeto aprovado pela Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (AMA), nas atuais instalações dos serviços da Autoridade Tributária - Finanças de Tondela, pelo facto de reunir as condições de área útil necessária, ao desenvolvimento e capacitação desta unidade de prestação de serviços aí instalados.

Observe-se que esta candidatura só permita financiar obras de requalificação e adaptação de espaços e não novas construções para esse fim.

Já no que diz respeito à Unidade de Saúde Familiar de Tondela, dar nota que está a decorrer o projeto de execução das especialidades, da responsabilidade do Município – face à nossa disponibilidade para liderar esse projeto.

Obra há muito esperada e por muitos ambicionada, mas que, se tomará uma realidade num futuro próximo, trazendo uma melhoria significativa, nas condições de acessibilidade aos cuidados de saúde dos cidadãos e também uma significativa melhoria nos processos metodológicos de funcionamento e atendimento, proporcionando aos técnicos profissionais de saúde, uma melhoria significativa nas suas condições de trabalho.

Espera-se o devido suporte financeiro pelos fundos comunitários.



Igualmente a destacar a conclusão do projeto da obra de requalificação do Banheário Termal de Sangemil, que contemplará, novas captações de água, requalificação e modernização do edifício, também no que concerne às questões da eficiência energética, a modernização das salas de tratamento e a criação de um espaço de lazer externo, que contemplará uma pequena piscina natural e um acesso direto a este espaço de lazer. Agora é o tempo em que ocorrerá o lançamento do concurso para a execução, que se estima ser de valor próximo de 2,5 M €.

Destacar ainda o infólio breve da construção da Estação de Tratamento de Águas residuais da Zona Industrial Municipal do Lagedo, que contribuirá de forma significativa para a melhoria do tratamento das águas residuais provenientes das indústrias implantadas nessa ZIM, que também se encontra em crescimento, com o acolhimento de novos investimentos industriais, conforme à frente se anunciará.

Destaca-se ainda uma candidatura ao Plano de ação de Mobilidade urbana Sustentável, que pretende valorizar os "modos suaves", apostando na sustentabilidade do sistema de transporte, vertida em políticas de transferência modal a partir do transporte individual, mas também enquanto complemento ao transporte público.

Este projeto contemplará a criação das condições necessárias para zonas cicláveis e pedonais, quer na área da cidade, quer na vila de Campo de Besteiros.

A reconversão para modos de transporte mais limpos e eficientes, a diminuição da poluição atmosférica, sonora e das emissões de gases com efeito de estufa, assim como do consumo energético, são desafios para esta nova década.

3. No Plano da Intermunicipalidade, importa salientar ainda todo o trabalho que conduziu à preparação das condições para a criação da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA O SISTEMA INTERMUNICIPAL DE ÁGUAS RESIDUAIS DE CARREGAL DO SAL, SANTA COMBA DÃO, TÁBUA E TONDELA (AIMAR), que conforme apresentação detalhada, será composta pelos municípios de Carregal do Sal, Santa Comba Dão, Tábuas e Tondela e que terá como grandes objetivos:

A prossecução conjunta das atribuições dos Municípios Associados em matéria de saneamento de águas residuais, incluindo a recolha, a drenagem, a elevação, o tratamento e a rejeição de águas residuais urbanas através de redes fixas, bem como



a recolha, o transporte e o destino final de lamas de fossas sépticas individuais, na área territorial dos concelhos de Carregal do Sal, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela;

A prossecução conjunta das atribuições dos Municípios Associados em matéria de alterações climáticas, mediante a promoção de estratégias de ação conjunta, ao nível da mitigação e adaptação, a promoção de ações de educação ambiental e de valorização do conhecimento em matéria de transição climática, incluindo no domínio do saneamento das águas residuais.

De referir que a AIMAR surge, como resposta às novas regras de candidaturas a projetos cofinanciados pelo POSEUR, que apenas atenderão a projetos apresentados por entidades ou associações que no seu todo apresentem um número superior a 50 mil habitantes.

4. Ainda no que toca a ambiente, o Município de Tondela integrado num plano de valorização ambiental da AMRPB, está a promover a instalação de mais sete novas ilhas ecológicas, implantando mais seis na cidade e uma na vila.

Estas sete novas ilhas ecológicas estão a ser instaladas nas principais zonas habitacionais da cidade de Tondela, bem como na vila de Campo de Besteiros.

As ilhas ecológicas são compostas por quatro cubas, sendo uma delas para resíduos sólidos urbanos (RSU) indiferenciados e as restantes três para papel/cartão, plástico e embalagens.

Com esta resposta, aumenta a eficiência no processo de recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos, para além de permitir uma recolha segura e cómoda dos resíduos urbanos seletivos e indiferenciados.

O sistema de ilhas ecológicas traz também vantagens para os cidadãos e para o ambiente, já que são equipamentos mais higiénicos e que, em simultâneo, impedem a libertação de odores.

Esta é um investimento do Município de Tondela e da Associação de Municípios do Planalto Beirão, que conta com uma comparticipação da União Europeia, através do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR).

5. Não se debrará ainda de referir um conjunto significativo de intervenções nas redes de combustível, limpeza de bermas, nomeadamente nas vias de maior impacto rodoviário, contribuindo para a segurança na mobilidade dos nossos concidadãos.

Resalvando o facto deste trabalho realizado nas vias, nem sempre ter a durabilidade pretendida, uma vez que as condições climáticas deste ano, terem sido muito propícias ao desenvolvimento das espécies invasoras, obrigando a trabalhos nas mesmas vias quase continuados, o que se torna um investimento muito avultado nestas matérias, sem que para tal existam apoios ou linhas de financiamento, que não sejam os municipais.

6. Um destaque para as zonas de lazer do concelho de Tondela com água própria para banhos. Esta informação terá sido dada pelos serviços do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Dão Lafões que, no âmbito do "Programa de Vigilância Sanitária da Qualidade da Água – Águas Balneares – Praia Fluvial", recolheram em meados do corrente mês, água para análise bacteriológica.

Assim, aconselham-se os banhos na zona de lazer de Ferrelós do Dão, zona de lazer de Nandufe, zona de lazer de Sangemil, zona de lazer do Teixo – S. João do Monte, zona de lazer da "Lobada dos Pinchos" – Ribeiro – Mosteiro de Fráguas, zona de lazer de Várzea do Homem – Dardavaz e "Praia Paraíso" – Rio Águeda – S. João do Monte.

Sublinhe-se que estas são todas zonas não vigiadas.

7. De salientar ainda um conjunto de atividades culturais e desportivas que por força do atual momento da pandemia e de acordo com as orientações da DGS, foram obrigadas ao seu cancelamento, optando o Município em alguns dos casos pela sua realização via online, como foram o caso do Tondela Brancos, com a realização de 2 show cookings liderados pelo Chefe Hélio Loureiro, acompanhados pelos responsáveis de enólogos de duas quintas da região, o Festival Urbano, com a realização dos concertos numa versão online, a caminhada anual relativa aos projetos "Saúde em Dia", bem como a meia maratona de Tondela, que após adiamento para o dia 27 de setembro, houve necessidade de transferir o evento para 02 de maio de 2021, criando um evento aberto a toda a comunidade e que estará incluído no projeto BeActive – Semana Europeia do Desporto.



Handwritten signature and initials in blue ink.

Para colmatar um pouco por todo o território o afastamento físico e cultural, o Município de Tondela, em parceria com a ACERT, a Sociedade Filarmónica Tondelense e a Casa do Povo de Tondela, criou o projeto 'Que bicho é que nos mordeu'. Este projeto que propõe mais de 70 espetáculos multidisciplinares, para além de marcar o reinício da programação no território, tem como principal objetivo a circulação de espetáculos pelas freguesias, bem como a animação dessas comunidades, na reconquista da confiança e da alegria dos nossos concidadãos.

Estas alternativas artístico-culturais dirigidas à comunidade encontram-se a decorrer, desde julho e terminarão a 27 de setembro, na cidade de Tondela e em todas as freguesias e uniões de freguesia do concelho.

Música, poesia, teatro e cinema fazem parte de uma programação criativa, inovadora e dinâmica, mas que acompanha os tempos que atravessamos, seguindo todas as exigências e normas da Direção Geral de Saúde.

A programação divide-se em dois eixos: um primeiro com um conjunto de 35 apresentações de trabalhos, que prometem chegar a todas as freguesias e uniões de freguesia do concelho, preferencialmente em espaço exterior.

Fil'Mus – Fil'Mus, filme e não só musicado ao vivo; 20 Dizer, Concertos em Nalpe; concertos da Filarmónica Tondelense, À Capela; Poesia e Música e Terra estão entre as propostas que chegarão a todo o concelho.

Já o eixo 2 propõe 36 espetáculos de curta duração, a cargo da equipa do Trigo Limpo (ACERT) e de 27 artistas convidados, de diferentes áreas (música, teatro, dança, circo, magia, performance, artes plásticas, clown, poesia), que apresentarão as suas criações em solo ou em duo e terão como espaço comum uma cadeira gigante, que será colocada num local da cidade ou do concelho de Tondela.

Num total de 18 criações artísticas e de 12 apresentações mensais, ao sábado e domingo do último fim-de-semana dos meses de julho, agosto e setembro.

À volta da cadeira são espetáculos de curta duração criados para combater a falta de oferta cultural causada pela pandemia.

Cada espetáculo, com a devida distância entre espectadores, terá uma duração curta, cerca de 10 minutos.

Cada criação será apresentada em dois horários diferentes para permitir que os espetáculos sejam vistos por mais pessoas.



8. No domínio do desenvolvimento económico, destaca-se ainda a inauguração do novo laboratório da ALS, situado na ZIM Adiga/Tondela e que contou com a presença da senhora ministra da Cossão Territorial, Prof. Ana Abrunhosa, na inauguração do novo laboratório de produção de kits RT PCR para Covid 19 da empresa ALS, localizada na zona Industrial Municipal da Adiga/Tondela.

De salientar que a ministra na sua intervenção, enalteceu o concelho de Tondela, por mais uma vez estar na linha da frente industrial, ao ver crescer a ALS, com a inauguração do novo laboratório de produção de kits RT PCR para Covid 19, incluindo a síntese bioquímica dos seus componentes e posterior realização em larga escala destes testes. Esta unidade que Tondela acolhe, é única no país, que permita que Portugal se torne autónomo na produção destes kits e dos seus componentes", sublinhou.

Este laboratório que representou um investimento que ascende a 1 milhão de euros e, além de aumentar muito a capacidade de testagem regional e nacional, vem suprir uma carência em Portugal.

Por esta ocasião, enalteceu-se mais uma vez um território do interior do país: Tondela.

Este investimento deixa bem vincada a capacidade empreendedora das empresas da região, ao que não é alheio o forte investimento municipal que está a ser desenvolvido na expansão da ZIM de Tondela, criando condições para acolher o crescimento de unidades empresariais.

9. Relativamente à FICTON 2020, à semelhança de outros eventos atrás mencionados e, uma vez que as limitações da DGS no que respeita à realização de eventos que pressuponham o aglomerado de pessoas se manterão pelo menos até dia 30 de setembro, o Município tomou a decisão da não realização.

No entanto, como forma de assinalar esta efeméride, que projeta a dimensão social, económica e associativa do concelho, a par das celebrações religiosas e do aniversário da associação Humanitária dos BVT, o Município está a construir um programa que pretenda marcar o registo simbólico dos festejos Municipais, no estreito cumprimento das regras de distanciamento social.



Assim, está prevista a realização de 3 ocasiões que marquem de forma simbólica o ato festivo e que de certa forma sejam a lembrança da afirmação da capacidade empreendedora de toda uma região em pleno crescimento.

O primeiro momento terá a apresentação de um programa de diferentes intervenções escultóricas, onde, por esta circunstância serão criados alguns Monumentos escultóricos que remontem aos antepassados e à história de Tondela, mas que, por outro lado, nos relevem para o futuro e a capacidade e pujança empreendedora e económica do concelho, como é o caso da futura rotunda de entrada da Zona Industrial e Municipal de Tondela – Adiça, que terá um Monumento escultórico aliado a este programa.

O segundo momento será dedicado à apresentação pública de um conjunto Investimentos privados, num valor total global que ascende a mais de sessenta milhões de euros de investimento e que, naturalmente será um marco histórico na economia regional, pela quantidade e diversidade de investimentos no concelho, o que demonstra a capacidade de captação de investimento existente, fruto de um trabalho constante, sério e de proximidade para com os investidores.

Por fim, no dia 16 de setembro, as festividades terão uma adaptação óbvia, mas que, não deverão de invocar o 97º aniversário dos Bombeiros Voluntários de Tondela, onde se incluirá a inauguração da ampliação das instalações desta associação, a realização da eucaristia, que deverá acontecer também em espaço aberto e, ao final da tarde, a cerimónia de atribuição dos prémios aos Alunos de Mérito e das Medalhas de Mérito e Altruísmo.

Tondela, 25 de agosto de 2020

José António Jesus



2. Anexo 2
[Handwritten signatures]

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE TONDELA

1. INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais), apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 25 de agosto de 2020.

Handwritten signatures and initials:
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

2. RECEITA
2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: 10/01/2023 a 25/09/2023

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	RECEITA PREVISTA ORÇAMENTAL	RECEITA COBRADA BRUTA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO ORÇAMENTAL	PERC DA EXECUÇÃO RELATIVA À RECEITA TOTAL
Recostas Correntes	10.894.295,01	11.895.295,04	109,17%	-4,66%	51,37%
01 IMPORTE DE IMPÓSTOS	4.565.195,78	2.895.076,17	63,42%	-3,87%	13,87%
02 IMPORTE DE IMPÓSTOS	1,00	25.892,00	25892,00%	25891,00%	0,00%
04 TAXAS, MULTAS, PENALIDADES	895.877,81	189.210,04	21,12%	-14,79%	0,89%
05 REZONAMENTOS DE PROPRIEDADE	1.515.100,00	715.876,04	47,28%	-5,49%	3,09%
06 TPA REZONAMENTOS CORRENTES	11.893.895,14	7.495.891,85	63,03%	-4,78%	33,49%
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.736.014,00	913.800,00	52,64%	-16,19%	4,03%
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	187.801,00	94.498,00	50,32%	-44,87%	0,49%
Recostas de Capital	10.395.014,00	1.897.899,04	18,26%	-81,07%	7,50%
09 VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	20,00	17.998,00	89990,00%	89989,97%	0,00%
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.395.014,00	1.810.014,04	17,37%	-45,19%	8,50%
11 PASSIVOS FINANÇAS	0,00	0,00	-	-	-
12 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00%	-100,00%	0,00%
Outros Projeitos	7.476.143,00	7.892.899,21	105,71%	31,54%	36,89%
13 REPRODUÇÃO DE BENS MATERIAIS NOS PARÂMETROS	1,00	87.898,00	87898,00%	87897,00%	0,00%
14 SALDO DA DIFERENÇA ANTERIOR	7.476.143,00	7.476.143,21	100,00%	0,00%	33,10%
TOTAL GERAL	42.495.442,01	21.280.295,29	50,10%	-44,87%	100,00%

De análise ao quadro síntese de execução orçamental da receita verifica-se que, a receita cobrada bruta atingiu, neste período, o montante total de 21.280.295,29€, com um grau de execução da receita cobrada bruta corrente de 80,37%, e de capital de 11,98%.

O desvio face ao grau de execução padrão é negativo e representa no global 14,87%, sendo que, 4,66% refere-se a receita corrente e 53,05% refere-se a receita de capital.

[Handwritten signatures]

2. DESPESA

2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Folha 01000043040-002

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DOTAÇÃO ORÇAMENTAL	EXECUÇÃO FOGA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DEVIÇÃO FOGA EM % DO GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DEVIÇÃO EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM % DA DESPESA TOTAL
Despesas Correntes	21.048.264,41	8.232.412,80	41,49%	-32,0%	74,19%
01 Despesas com Pessoal	8.008.140,00	8.008.000,00	100,0%	-0,2%	38,0%
02 Aquisição de Bens e Serviços	9.000.000,00	8.945.000,00	99,3%	-0,5%	37,7%
03 Juros Outros Encargos	20.000,00	577,00	2,9%	-87,3%	0,0%
04 Transferências Correntes	4.330.000,00	1.098.104,30	25,3%	-41,2%	19,8%
05 Outros Encargos Correntes	939.124,41	98.731,50	10,5%	-11,0%	0,4%
Despesas de Capital	21.300.135,00	8.154.850,00	38,3%	-46,0%	21,8%
07 Aquisição de Bens de Capital	17.174.200,00	2.491.000,00	14,5%	-40,8%	26,0%
08 Transferências de Capital	2.000.000,00	600.107,20	30,0%	-47,0%	6,0%
09 Ações Partícipes	60.000,00	0,00	0,0%	-100,0%	0,0%
10 Passivos Financeiros	60.000,00	0,00	0,0%	-100,0%	0,0%
11 Outros Despesas de Capital	60.000,00	0,00	0,0%	-100,0%	0,0%
TOTAL	42.348.400,00	16.387.262,80	38,7%	-46,0%	19,10%

Faço à análise do quadro síntese da execução orçamental da despesa, podemos concluir que o Município de Tondela regista, no fim do período em análise, uma taxa de execução de despesa total de 28,40%, sendo o grau de execução esperado de 65,08%, representando um desvio negativo de 36,62%.


3.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL COMPROMISSOS

Período: 01-01-2022 a 30-09-2022

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORRIDA	COMPROMISSOS	GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS
CP	DESCRIÇÃO	€	€	%
Despesas Correntes		21.264.229,41	15.833.242,64	74,25%
01	Despesas com Pessoal	6.600.140,00	5.222.020,00	66,60%
02	Aquisição de Bens e Serviços	18.028.084,41	6.000.643,55	30,95%
03	Juros Outros Encargos	20.824,00	22.748,91	84,70%
04	Transferências Correntes	4.206.043,00	3.216.800,70	73,92%
05	Outras Despesas Correntes	128.238,00	60.794,08	68,97%
Despesas de Capital		21.208.120,60	13.842.535,67	63,25%
07	Aquisição de Bens de Capital	17.174.206,06	10.693.211,82	61,08%
08	Transferências de Capital	3.600.701,00	2.760.121,12	77,12%
09	Ativos Financeiros	69.776,00	26.167,80	30,10%
10	Passivos Financeiros	606.767,00	606.064,73	99,90%
11	Outras Despesas de Capital	36.690,00	25.080,08	69,92%
TOTAL		42.472.350,01	29.675.778,31	69,72%

Através de análise do quadro acima podemos constatar que, à data do reporte, no que diz respeito às despesas correntes, já comprometamos 74,25% da dotação orçamental do Município, enquanto que nas despesas de capital essa execução encontra-se nos 63,25%.

No que diz respeito à totalidade de compromissos, a sua execução encontra-se a na ordem dos 69,72%.

Ly
G
Clay

3.3. COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º e n.º 4 do artigo 16.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei do Compromissos e Pagamentos em Atraso - LCPA) e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e Assembleia Municipal aprovou, no artigo 10.º de Norma de Execução Orçamental dos Documentos Provisórios de 2019, na reunião do dia 17 de dezembro de 2018, uma autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos em que:

- Resultam projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;
- Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove Euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;
- Resultam de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, quando legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico e/ou financeiro de investimentos e outras despesas.

Face ao que precede, verificou-se que se assumiram os seguintes compromissos plurianuais entre 19-06-2020 e 25-06-2020.

COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS DE 19/06/2020 A 25/06/2020					
<i>(De acordo de autorização emitida aprovada pela Assembleia Municipal)</i>					
Descrição detalhada do compromisso plurianual	2021	2022	2023	2024	Seguintes
Análise de águas residuais	14.127,48 €				
Proteção de Serviços de Gestão Local de Contas	9.894,88 €	4.787,00 €			
Aquisição de computadores redevidas e gravação de gravação/Arquivo (Quadro A2 CPL 037/017)	84.519,80 €				
Contribuição de terrenos festivo urbano	18.485,00 €				
PROTÓCOLO COLABORAÇÃO CIVIL - ANÍMOS "IMPLEMENTAÇÃO PROJETO ACCESSUM"	1.098,14 €				
Reabilitação de Escola Secundária de Tondela - 2ª Fase	744.917,00 €				
Recuperação de Prédio Industrial de Rio Branco	892.771,00 €				



[Handwritten initials]
[Handwritten signature]

4. CONCLUSÃO

Estando decorridos 238 dias do ano de 2020, poderemos concluir que o indicador da receita e da despesa se encontram abaixo do padrão, salientando que, para além da fragilidade da definição de um valor padrão de análise de execução orçamental para um período inferior a doze meses, ainda se mantêm os reflexos do impacto que a pandemia relacionada com o COVID-19 provocaram em toda a atividade desenvolvida pelo Município.

Tondela, 25 de agosto de 2020

A Chefe de Divisão de Economia e Finanças,

[Handwritten signature]
